



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE  
RONDÔNIA

OBJETIVO: debater sobre o novo Plano Nacional de Educação  
2024-2034.

EM: 25.03.2024

INICÍO: 15h35min

PRESIDENTE: SR. CÁSSIO GOIS

MEDIADOR: SR. THIAGO FLORES

A SRA. MEIRY SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento nº 935/2023, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cássio Gois e da Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Ieda Chaves e, após

aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para debater sobre o novo Plano Nacional de Educação.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook e demais plataformas e ainda pela TV Assembleia Canal 7.2.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cássio Gois, proponente desta Audiência Pública.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Thiago Flores, também proponente pela Câmara Federal.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Delegado Lucas, que participa desta Audiência.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Delegado Camargo.

Convidamos a Excelentíssima Doutora Luciana Ondei Rodrigues Silva, Promotora, coordenadora do Grupo de Atuação Especial da Educação do Ministério Público de Rondônia (GAEDUC), neste ato representando o Ministério Público do Estado.

Convidamos a Excelentíssima Senhora Mayra Carvalho Torres Seixas, Defensora Pública, neste ato representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

Convidamos o Senhor Professor Valmir Souto, assessor e neste ato representando a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia (SEDUC).

Convidamos a Excelentíssima Senhora Gláucia Lopes Negreiros, Secretária Municipal de Educação em Porto Velho (SEMED).

Convidamos neste momento a Senhora Professora Marlene Rodrigues, neste ato representando a Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Agradecemos e informamos que, de forma virtual, temos a participação do Doutor João Alberto da Cunha Filho, advogado, jornalista, teólogo, pastor Batista, especialista em Direito Constitucional e Financeiro.

E ainda, temos a participação de Cássia Queiroz, historiadora, professora de história do Ensino Fundamental e Médio, Mestre em Educação Patrimonial e Gestão de Patrimônio. Especialista em Cinema e Educação.

E a Doutora Adriana Marra de Paula, de Minas Gerais, especialista em Direito da Família e Sucessão, Neurociência e Educação.

Eles nos acompanham neste momento através da internet e durante a nossa Audiência serão preletores.

Neste momento, passo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cássio Gois para abertura oficial desta Audiência Pública.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Boa tarde a todos os presentes. Agradeço a cada um que pôde comparecer a esta Audiência para o debate do Plano Nacional de Educação.

Agradecer a todos aqui da Mesa, em nome do Deputado Federal Thiago Flores, meus colegas Deputado Delegado Camargo e Deputado Delegado Lucas.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater sobre o novo Plano Nacional de Educação.

A SRA. MEIRY SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos juntos o Hino Céus de Rondônia. Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Dr. José de Mello e Silva.

**(Execução do Hino "Céus de Rondônia")**

Podemos todos nos acomodar. Informo que vocês terão acesso a esta Audiência Pública na íntegra, no Canal da TV Assembleia, no YouTube, e, também, poderão acompanhar todos os momentos que acontecerão aqui pela TV Assembleia, canal 7.2.

Esta Audiência Pública tem o objetivo de discutir o documento final com diretrizes para o novo Plano Nacional da Educação.

Neste momento, registramos e agradecemos a presença da Senhora Dioneida Castoldi, Presidente do Sintero (Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia).

A Senhora Lionilda Simão de Souza, Secretária de Finanças do Sintero, e integrante do Movimento Negro Unificado.

Registramos e agradecemos a presença da Senhora Elsie Winte Shockness, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR).

A Senhora Claudir Mata Magalhães de Sales, Secretária Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Adilson Siqueira de Andrade, Vice-Presidente da ADUNIR (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia).

Jefferson Ryan Ferreira da Silva, Presidente da Instituição Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Miriam Pereira Mateus, Vice-Presidente do Conselho da Mulher no Estado de Rondônia.

Ivana Frazão, representando a Interfrazão e Instituto Vamos Fazer.

Renata Maccari, Vice-Presidente da Associação Mulheres do Agro, do Estado de Rondônia.

Irmã Maria Rainilza Marques de Almeida, representando a Instituição Laura Vicuña.

Marli Rosa de Mendonça, ouvidora da OAB Rondônia.

O Senhor Salatiel Pereira, professor municipal de Porto Velho.

O Senhor Vitor Martins Noé, Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial em Porto Velho.

O Senhor Adarcino Rodrigues de Souza, pastor da Comunidade Cristã Casa de Oração do Município de Rolim de Moura.

A Senhora Sandra Teixeira, professora do Estado de Rondônia.

Registramos ainda a presença do Doutor Marcos Vinícius Marques Luiz, advogado da Rede Educacional Adventista Rondônia e Acre.

Os Senhores Sávio Luiz Santos e Ingrid Brasil, estudantes da UNIR.

O Senhor Renato Bolf, Secretário de Ações Paramaçônicas, neste ato representando o Grande Oriente do Brasil, Rondônia.

Marcly Ramos Martins do grupo Mães de Afros e Cacheados do Estado de Rondônia.

A Excelentíssima Doutora Yara Travalon Viscardi, Promotora de Justiça, respondendo pela Curadoria da Educação do Ministério Público do Estado de Rondônia.

A Senhora Eva da Silva Alves, escritora, representando a literatura infanto-juvenil do Estado de Rondônia.

Doutor Dilney Alves, advogado do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Município de Buritis (SINDSEMB).

O Senhor Agenor Fernandes de Souza, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação de Rondônia; e a Senhora Tereza Freitas da Silva, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Buritis.

Neste momento passo a palavra ao Deputado Estadual Cássio Gois, que vai presidir esta Audiência Pública.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Já concedido o meu boa-tarde a todos os presentes e todos devidamente nomeados.

Nós vamos iniciar os debates aqui desse novo Plano Nacional de Educação com a fala dos nossos deputados estaduais que participam desta audiência.

Com a palavra, Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS - Nesta oportunidade eu gostaria de parabenizar inicialmente os nossos proponentes, Deputados Estaduais Cássio Gois e Deputado Federal Thiago Flores.

Dizer que tenho a honra de poder acompanhar o mandato de vossas excelências. Embora o mandato do Deputado Federal Thiago, na maior parte do tempo, seja na Câmara Federal, no Congresso, lá na cidade de Brasília, capital do nosso país, nós temos uma amizade de muito antes da política.

Thiago foi meu chefe quando eu entrei na polícia. Foi meu antecessor na cidade de Buritis. Quando fui delegado da Polícia Civil, lá, e acompanhei o mandato do Thiago como prefeito, e é público e notório, sempre digo a todos, que ele é uma das pessoas que me inspirou a estar na política hoje.

E sei da defesa que o senhor faz, em Brasília, da nossa educação e ficamos satisfeitos em saber que há um parlamentar como o senhor na esfera federal acompanhando todos os debates que são inerentes a este tema tão importante, e às vezes tão esquecido, nos debates políticos, mormente no Estado de Rondônia. Que nós tragamos à baila essa discussão que deve ser sempre ampliada, dada mais publicidade, mais transparência, porque repercute no futuro dos nossos jovens, das nossas crianças, no Estado de Rondônia.

Parabenizo o senhor, e, puxando aqui para nossa esfera estadual, parabenizo o Deputado Cássio Gois, que eu, quando percebi que a Audiência Pública tinha sido proposta por Vossa Excelência, de imediato me prontifiquei a estar junto, porque sei que o senhor é um deputado comprometido com o resultado, com a eficiência, com a discussão clara e evidente das ideias no espaço, no ambiente harmônico, mas sempre de forma profícua. É um parlamentar sério, comprometido e traz aqui

para essa Assembleia um alto nível de discussão técnica como advogado, bacharel em Direito, formado. Então, além de um parlamentar que tem toda a experiência de um vice-prefeito numa cidade como Cacoal, também tem muita experiência jurídica e técnica para poder enaltecer aqui as discussões que nós pretendemos iniciar nesta tarde.

Então, parablenizo Vossas Excelências proponetes na oportunidade em que cumprimento também meu colega de Parlamento, Deputado Delegado Camargo; cumprimento a Excelentíssima Doutora Luciana Ondeí Rodrigues Silva, Promotora de Justiça, leve nossos cumprimentos ao Ministério Público. Em nome da senhora, cumprimento todas as mulheres aqui presentes. É sempre uma satisfação para nós desta Casa de Leis ver um ambiente plural e sobretudo composto por muitas mulheres. Nós sabemos que as senhoras têm muito a engrandecer todos os debates da nossa sociedade. E essa Casa de Leis vê com muita felicidade um ambiente repleto de mulheres tão capacitadas e inteligentes como as senhoras que se fazem presentes aqui nesta tarde, inclusive no auditório nos acompanhando.

Cumprimentar também a Excelentíssima Senhora Mayra Carvalho Torres, Defensora Pública. Leve o nosso abraço ao Defensor-Geral Doutor Victor Hugo, um grande amigo. Cumprimentar também o Senhor Professor Valmir Souto, em nome do qual cumprimentamos todos os professores e serventuários da Educação presentes nesse auditório.

Cumprimentar a Excelentíssima Senhora Gláucia Lopes Negreiros, Secretária Municipal de Educação; e a Senhora Professora Marlene Rodrigues, representando aqui a UNIR. Na ocasião, em nome das duas personalidades mencionadas por último, cumprimentar todos aqueles que persistem em levar a ciência à docência a patamares dentro da Academia cada vez



melhores, mesmo em cenários de tanta dificuldade e de tão poucos investimentos.

Cumprimentamos a mídia presente, em nome do Jonatas Boni, nosso jornalista. E por fim, esse momento apenas de cumprimentos, quero fazer votos aqui cumprimentando a OAB presente, em nome do Doutor Vitor Noé.

Cumprimentar aqui as Vossas Excelências, os senhores e senhoras presentes, dizendo que nós esperamos, fazemos votos de que essa tarde nós tenhamos uma Audiência Pública muito produtiva, porque nós sabemos que tudo passa pela educação. E um erro ou um acerto na educação, hoje, nós só vamos colher os frutos daqui a 10, 15 ou 20 anos. Então, o debate é necessário para que nós possamos minimizar os erros, potencializar os acertos, porque os rumos e o futuro do nosso país passam pela educação, mas é um investimento a médio e, quando não, a longo prazo. Então, nós sabemos que errar hoje custa muito caro.

Como exemplo disso, nós podemos dizer as medidas que adotamos na pandemia. Nós só vamos saber o resultado disso, na prática, daqui alguns anos, que ainda estão por vir, para saber como repercutiu o ensino remoto, esse uso antecipado das telas na educação, as crianças estudando com as apostilas. Foi a medida que tivemos. Utilizamos naquele momento para que fosse dada uma solução continuada, mas o resultado prático disso ainda está por vir. E nós, como parlamentares, temos o dever aqui nesta Assembleia de ampliar esse debate, principalmente quando o tema é o PNE, o Plano Nacional de Educação.

Então, a Casa do Povo está de portas abertas.

Então, para encerrar aqui neste momento de apresentações ainda teremos os preletores que vão trazer os assuntos para que nós possamos discutir um pouco mais.

Encerro minha fala aqui fazendo voto de que tenhamos um debate muito produtivo. Então, boa tarde a todos. Um grande abraço.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Boa tarde a todos aqui presentes, aqueles que nos acompanham através das redes sociais. Quero inicialmente parabenizar os proponentes desta Audiência Pública, meu colega de Parlamento, Deputado Cássio Gois; Deputado Federal Thiago Flores. Na pessoa do Deputado Lucas Torres, meu colega de Parlamento, cumprimento as demais autoridades na Mesa; e na pessoa da minha esposa que está aqui presente cumprimento todas as mulheres, todos aqueles que acompanham essa Audiência Pública.

Bom, o tema da nossa Audiência Pública hoje é o PNE, o Plano Nacional de Educação, que vai definir as diretrizes da educação para os próximos dez anos. E talvez, em razão da importância deste tema é que talvez não tenha sido divulgado pelas grandes mídias da forma como merece ser debatido. Mas, para que nós possamos entender por que o Brasil hoje ocupa a 65ª posição no exame do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), um sistema de avaliação internacional em que 80 nações participam dessa avaliação. O Brasil, por exemplo, em matemática está na 65ª posição.

O Brasil ocupa, hoje, uma triste posição de 65º na avaliação de 80 nações, atrás de países como Azerbaijão, Cazaquistão e Mongólia.

Muito bem. Mas, para que nós possamos saber onde nós gostaríamos de atingir, é preciso saber onde nós nos

encontramos. E eu gostaria de passar para vocês quatro vídeos, trazendo a respeito da Educação Infantil, Fundamental, Média e Superior.

Por gentileza, vamos lá, vídeo 1, por favor pessoal da técnica.

### **(Apresentação de vídeos no telão)**

"O meu colinho, quer tua sentada, então senta, danada, então senta, danada..." Educação Infantil, creche. É esse tipo de música que os meus filhos, os seus filhos estão sendo submetidos em uma escola infantil. Ok. "Ah, mas deputado, isso é uma exceção." Não, não é. Vídeo 2, por favor.

"Cavalo tarado", cenas que simulam um ato sexual, em pleno Ensino Infantil dentro das escolas. Calma, tem mais. Vamos ver a realidade do ensino na nossa capital de Porto Velho. Não, não são apenas conteúdos sexuais. Eu vou chegar ao porquê disso, e já vou fazer o *link* com o PNE e vocês vão entender. Coloque o próximo vídeo, por favor.

Rio de Janeiro? Não. Favela de São Paulo? Não. Morro de Belo Horizonte? Não. Onde é isso? Porto Velho. Consumo de drogas. Se não observaram o vídeo, depois eu posso disponibilizar. Dentro de ambiente escolar, próximo ao ginásio escolar. É isso que nós estamos vivendo. E quando chega na faculdade, sabe qual é o ambiente, como eles são recepcionados? Coloque o próximo vídeo, por favor.

Está bom, é o suficiente. Começa no Ensino Infantil... pode parar o vídeo. E por fim, quando ingressam no Ensino Superior, são recepcionados por aquelas pessoas que se dizem calouros, completamente nus, travestidos sobre o fundamento que é uma manifestação artística. É esse ambiente de Ensino Superior que, hoje, os alunos da nossa nação ingressam.

Mas, tudo isso, senhores, eu gostaria de chamar o alerta aqui para vocês, porque o comportamento de muitos delegados e de professores, que se fizeram presentes na Conferência da Conae (Conferência Nacional de Educação), deixa muito claro que esse documento que será analisado pelos deputados federais, lá em Brasília, tem muito mais um cunho político-partidário que educacional. E por que eu digo isso? Eu vou mostrar como é que foi a abertura do Conae, desse evento.

Pode mostrar o próximo vídeo, tirem as conclusões por vocês mesmos.

É isso. Nós temos que decidir se nós estamos aqui para fazer política partidária; se nós estamos aqui para defender bandeiras ideológicas ou se nós estamos aqui, de fato, preocupados com o futuro da nossa nação, das nossas crianças e adolescentes.

Educação não é local para militante. Educação não é local para levantar bandeira de movimentos como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), CUT (Central Única dos Trabalhadores) e demais movimentos que não têm nenhum, nenhum, saber na área educacional.

Eu gostaria que vocês prestassem, senhores, muita atenção no próximo vídeo. Pare tudo que você esteja fazendo agora, aqui, eventualmente se esteja mexendo no celular. Preste muita atenção, para o tipo de pessoa que o seu filho irá encontrar e com qual educação seus filhos se deparará, caso esse Plano seja aprovado. Pode botar o próximo vídeo, por favor?

"A gente precisa manter viva a militância na sala de aula". As intenções, senhores e senhoras aqui presentes, as intenções políticas e orientações ideológicas são evidentes através desses vídeos e substituem aquela abordagem tradicional, focado no aprendizado de habilidades e

conhecimentos úteis para o indivíduo se desenvolver tanto em sociedade quanto profissionalmente.

Quando nós falamos em educação, sabe o que está em jogo mesmo, na verdade? Está em jogo o futuro. É isso que está em jogo aqui. E Lenin sabia muito bem disso. Pode colocar o próximo próxima foto aí? A próxima imagem.

“Deixe-me educar uma criança por quatro anos e ela será minha para sempre”. Vladimir Lenin. É isso, militância em sala de aula. É a esse tipo de pessoa que os filhos de vocês são submetidos, a esse tipo de educação.

Portanto, senhores, a participação desproporcional de agentes políticos sem nenhum conhecimento ou credibilidade na área de educação, repito, MST, CUT, Associação Brasileira de Lésbicas, gays, travestis, transexuais, pansexuais (ABGLT). Todo esse processo conduzido por entidades que não estão direcionadas à área da educação, principalmente com essa hostilização e tentativa de silenciamento dos participantes não alinhados com essas pautas progressistas.

Eu estou aqui para trazer aos senhores uma luz, a luz da verdade, e mostrar que não, eu não me acovardo. Não, eu não tenho medo de gritaria, de zombaria. Aliás, quem grita e quem zomba - você sabe quem é o pai da mentira? Quem é o pai da mentira? Escutem as vozes. Não estou fazendo aqui política partidária, eu estou aqui preocupado é com a educação dos nossos filhos.

Por gentileza, pode colocar a próxima imagem na tela? Este Programa Nacional de Educação, para quem leu o documento. Aliás, nós temos um patrono bem adequado, né? O nosso patrono da educação é o Paulo Freire, a nossa educação é o retrato do Paulo Freire. Não poderia ter um patrono melhor. Leva bem, faz jus ao nome dele.

Esse documento traz a palavra racismo 24 vezes; a palavra sexual 26 vezes; a palavra gênero 39 vezes; a palavra diversidade 137 vezes, e palavras principais como a Matemática, 04. Língua portuguesa, "uso culto da norma", Ciências, muito pouco.

Aliás, falta ao texto final da Conae, o rigor técnico e a objetividade esperados de um documento que vai nortear a educação pelos próximos anos no nosso país. Inclusive, para aqueles que leram o documento - porque quero crer que muitos militantes apenas vêm fazer zombaria nem lê - podem ver que o texto não fornece nenhum indicador adequado para gente poder monitorar esse processo, ou mesmo podermos certificar se determinado valor pode ou não ser alcançado dentro do prazo estabelecido.

Para que vocês tenham noção, no último plano de 2014 colocaram lá que 10% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional seria investido em educação. Ora, países de primeiro mundo como os Estados Unidos estão investindo algo em torno de 5,4%. Ou seja, não é falta de recursos, mas, sim, de falta de planejamento educacional.

Portanto, senhores, sem querer me alongar, mas aproveitando a oportunidade de fala nesta Casa, como um parlamentar de direita, conservador, cristão e sem medo de enfrentar as trevas, eu posso assegurar a todos os senhores, Deputado Federal Thiago Flores, sei do seu compromisso como pai de família, como um homem da direita, que processos como esses, que levaram o Brasil a 65ª posição entre 80 nações avaliadas, que esse projeto seja vetado na íntegra, pois ele não traz qualquer paradigma para que nós possamos avançar na nossa educação.

Por fim, eu gostaria de, mais uma vez, deixar claro que neste Plano - para quem leu - matérias e disciplinas, como

Matemática e Português, são associadas a racismo, opressão e preconceito. Olha a que ponto chegou a militância. Chegou a um ponto daquelas pessoas que têm bom desenvolvimento usam a norma culta da língua, são bons em matemática, eles conseguem distorcer, dizendo que isso está associado a uma opressão, a um preconceito e a um racismo.

Essa é a militância política que se tornou a nossa educação. Lenin estava certo. Nós não vamos desistir, não. Precisamos, sim, ter uma voz que se erga, mesmo que muitos façam barulhos. As trevas são assim. Tenham uma ótima tarde. Vamos continuar a nossa Audiência Pública. Obrigado.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Obrigado, Deputado Rodrigo Camargo.

Com a palavra, a Excelentíssima Doutora Luciana Ondeí Rodrigues Silva, Promotora, Coordenadora do GAEDUC do Ministério Público de Rondônia, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Rondônia.

A SRA. LUCIANA ONDEI RODRIGUES SILVA - Boa tarde, gostaria, na pessoa do Deputado Estadual Cássio Gois, de cumprimentar a todos os senhores da Mesa e os demais senhores que estão presentes neste ambiente e que acompanham a Sessão.

Gostaria, nas pessoas da professora Marlene Rodrigues e da Gláucia Lopes, cumprimentar todas as senhoras que estão presentes aqui neste recinto e que também nos acompanham.

O assunto que é tratado hoje, que será tratado pelos senhores, é de extrema importância e relevância, especialmente em um cenário onde nós notamos que, no Plano Nacional de Educação vigente, o que se tem é apenas o

cumprimento, até hoje, de apenas duas das metas; e uma terceira, a única que passa pela educação básica, que é alcançar 50% de formação de professores em pós-graduação e capacitação, talvez consigamos alcançar essa meta até final de 2024. E 17 metas que tratavam de educação básica, a gente ficou quase à deriva.

Questões importantes, e que precisamos avançar especificamente no Estado de Rondônia, relacionados, por exemplo, à educação infantil. Na educação de crianças de quatro até cinco anos, conseguimos chegar próximo daquilo que foi estabelecido no Plano Nacional pelos indicadores. Mas, as crianças de zero a três anos, aqui em Rondônia, 18% só das crianças que precisam de creche têm creche. Temos um déficit hoje registrado de crianças aguardando vaga em creche: mais de três mil crianças no Estado de Rondônia precisando de creche.

Precisamos avançar muito em questões relacionadas, por exemplo, senhores deputados, professora Marlene, professora Gláucia, professor Valmir, tem sido fruto de debate em todas as localidades a questão da educação das pessoas com deficiência. Algo que nós temos é um atendimento extremamente precário a esse grupo. Um dos únicos indicadores que nós temos hoje é com relação ao avanço do número de matrículas dessas crianças, desses adolescentes, na rede regular de ensino. É óbvio que isso é um avanço e que bom que avançamos. Só que nós precisamos mais. Nós precisamos avançar em qualidade. E não é só qualidade, é qualidade social o grande tema, não é? É a de permitir que, de fato, essas crianças tenham acesso, e não é só ter matrícula, é ter transporte escolar, é ter merenda, é ter condições de comparecer na escola no período do contraturno para participar e receber aulas do Atendimento Educacional Especializado (AEE).



Precisamos avançar nos serviços de Apoio Especializado que esse público não tem. Precisamos avançar em um alinhamento conceitual das políticas para que, de fato, a Política Nacional da Educação Especial, na perspectiva da inclusão, seja observada na escola. Que as práticas pedagógicas estejam de acordo, alinhadas com aquilo que a legislação prevê. Com um direito que está consolidado desde a Constituição, que garante uma educação verdadeiramente inclusiva, que não faça restrição, independentemente da cor, da raça, do sexo, da origem, da orientação sexual.

E é por esse direito, pelo direito de acesso universal, pelo direito a uma educação de qualidade, qualidade social, pelo direito de equidade na educação que o Ministério Público agradece a oportunidade de ter sido convidado a participar deste diálogo. Muito obrigada. Contem sempre conosco.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Doutora Luciana, muito obrigado pelas palavras. E dizer que já tive a oportunidade de participar de diversas reuniões com a Doutora Luciana lá em Cacoal - não é Doutora Luciana? -, na defesa, ela na Promotoria, defendendo a educação do Município de Cacoal, sempre muito preocupada com a qualidade do transporte escolar municipal. Na época, eu era vice-prefeito e tenho boas lembranças da atuação da Doutora Luciana em Cacoal. Prazer ter a senhora aqui nesse debate hoje. Leve o meu abraço a toda a Promotoria do Estado de Rondônia.

Com a palavra, a Excelentíssima Senhora Mayra Carvalho Torres, Defensora Pública, neste ato representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE/RO.

A SRA. MAYRA CARVALHO TORRES SEIXAS - Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Cumprimento os integrantes da Mesa, nas pessoas dos Excelentíssimos Deputado Cássio Gois, Deputado Federal Thiago Flores. E cumprimento também as pessoas que integram a Mesa, na pessoa da Senhora Gláucia Lopes e da Professora Marlene Rodrigues.

Inicialmente, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia agradece o convite para participação nesta importante Audiência Pública, que foi convocada para debater o novo Plano Nacional de Educação.

Nós sabemos que, inclusive, esse Projeto de Lei já está um pouco atrasado porque o Plano começaria a vigor agora em 2024 até 2034.

Eu gostaria de ressaltar a relevância deste evento, pois o PNE vigorará pelos próximos 10 anos. Seria imprescindível que a sociedade civil e a comunidade escolar: os professores, os diretores sejam ouvidos e que as vozes dessas pessoas sejam, de fato, consideradas pelo Parlamento brasileiro para a decisão sobre os rumos da educação dos nossos jovens.

Gostaria de ressaltar também o texto da Constituição Federal, que o artigo 227 estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao jovem, dentre vários direitos, a educação. Então, nós vemos que o texto constitucional atribui a essas três instâncias - família, sociedade e Estado -, o dever da educação às nossas crianças.

Ressalto também o texto do artigo 206, inciso II, da Constituição que prevê como um dos princípios do ensino brasileiro, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

A educação brasileira enfrenta inúmeros desafios, dentre os quais destaco: a evolução da quantidade de matrículas na educação especial nos últimos anos, o que demanda preparação das escolas e das equipes para acolhimento dessas crianças e adolescentes. O censo escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) de 2023 registrou um considerável aumento nas matrículas tanto de crianças com deficiência quanto de crianças em espectro autista.

Além disso, demonstrou que os estudantes indígenas da educação especial e de comunidades quilombolas e das escolas rurais apresentam maiores percentual de distorção idade/série no 6º ano do Ensino Fundamental. Tais dados revelam a necessidade de constante capacitação de nossos professores e da contratação de profissionais para apoio escolar especial voltado a esse público, a fim de que seja possibilitado o seu desenvolvimento pessoal e social.

No caso específico do Estado de Rondônia, surgem ainda outros desafios, como a dificuldade de acesso às escolas na área rural, o transporte de qualidade durante todo o ano escolar, considerando a época das chuvas, dentre outras questões. Foi também citado pela Doutora promotora, o acesso à creche que também ainda não é uma realidade a todas as nossas crianças e também necessária contratação de professores e capacitação dessa equipe escolar.

Considerando as problemáticas acima exemplificadas, é de extrema importância ouvir cada um dos senhores e senhoras aqui presentes para que possamos refletir sobre o futuro da educação das nossas crianças da forma mais democrática possível.

Nesse sentido, convém que analisemos com cautela cada um dos eixos e proposições do Conae, afim de que a

Constituição seja respeitada e que as nossas famílias e sociedade como um todo tenha poder de escolha sobre o destino educacional das nossas crianças e jovens.

É essencial, portanto, que os nossos legisladores, ao nosso desenhar o novo Plano Nacional de Educação, estejam voltados, de fato, ao currículo escolar, às necessidades educacionais de nossas crianças, de modo que muito além de serem alfabetizadas, possam atingir o grau máximo de suas potencialidades por meio de uma educação de qualidade. Que possam ainda, estar bem preparadas para o mercado de trabalho cada vez mais exigente e para a construção de uma sociedade livre, justa, igualitária e plural.

Parabenizo e agradeço pelo convite, pela oportunidade e pela presença de todos e que esse debate possa ser o mais profícuo possível. Obrigada.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Muito obrigado, Doutora Mayra.

Com a palavra, o Senhor Professor Valmir Souto, assessor e neste ato representando a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia - SEDUC.

O SR. VALMIR SOUTO - Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar o Deputado Cássio Gois na pessoa da qual cumprimento os demais membros da Mesa.

Gostaria de cumprimentar minha colega, Professora Sandra Teixeira, da Secretária de Educação, em nome da qual eu cumprimento os demais aqui presentes.

Primeiro, justificar a ausência da nossa Secretária, Professora Ana Pacini. Em razão de outro compromisso

previamente agendado, ela não pôde se fazer presente e pediu para que pudéssemos acompanhar essa Audiência Pública.

Em segundo lugar, agradecer por essa oportunidade de participar desse debate. Nós, que já participamos de outros momentos.

Eu gostaria de fazer apenas um registro, um esclarecimento. Não quero aqui entrar em confronto, fazer qualquer tipo de negativa ao que foi colocado. Apenas, a título de esclarecimento, eu me sinto na obrigação, uma vez que eu participei, durante o ano de 2023, enquanto representante do Consed, que é o Conselho Nacional de Secretários da Educação dos Estados; de um GT (grupo de trabalho) do Ministério da Educação, onde se discutiu durante o ano de 2023, exatamente a proposta para um novo Plano Nacional de Educação.

Esse GT foi um grupo de trabalho composto por várias Secretarias do Ministério da Educação. Além das Secretarias que compõem o Ministério da Educação – entre elas: Seb (Secretaria de Educação Básica); Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão); Setec (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica); Sesu (Secretaria de Educação Superior); também a Capes (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira); o Fórum Nacional da Educação, além de representantes das Câmaras das Comissões de Educação da Câmara e do Senado, do Conselho Nacional da Educação, e, também, da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), que é a entidade que representa todos os Secretários de Educação.

Então, durante todo o ano, com base em diagnóstico, em relatórios do Plano existente – o Plano Nacional de Educação vigente até agora, 2024 –, essas equipes técnicas se debruçaram em mais de oito oficinas durante todo ano em Brasília, com dados e evidências qualificados, e, dentro de uma metodologia, nós chegamos a 24 macro problemas dentro de todos os eixos da educação, formação, educação Superior, educação especial; todos os níveis, etapas, modalidades, foram discutidas dentro dessa metodologia, e, ao final do ano, se produziu esse documento.

E, aí sim, vem o esclarecimento.

O documento discutido na Conae e nas conferências municipais, foi discutido em sete eixos e foi uma promoção do Fórum Nacional de Educação.

Esse documento foi produzido, teve essa participação das conferências municipais, estaduais e nacional, e esse resultado será aportado no Ministério da Educação, e, aí, com base em todo esse trabalho técnico, qualificado com dados, ele vai ser consolidado e vai ser encaminhado como Projeto de Lei para, aí, sim, o Congresso discutir essa nova proposta de Plano. Então, é só um esclarecimento.

Não é que os sete eixos, o documento produzido de forma popular, democrática, discutido em nossas conferências, seja encaminhado dessa forma. Não. Ele vai... Na verdade, ele já foi encaminhado, o Fórum Nacional já encaminhou. Então, me desculpe, mas eu me sinto na obrigação de esclarecer em razão de ter participado de todo o processo.

No mais, fico à disposição das senhoras e dos senhores para qualquer esclarecimento, evidentemente os que estejam ao meu alcance. A professora Sandra, eu a citei, também, até porque ela participou; nós representávamos o Consed, ou seja, todos os Secretários de Educação do país. A nossa Secretária,

na verdade, era a representante dessa entidade, e, como ela não tinha agenda, ela designou dois técnicos: eu e a Sandra, para acompanhar esse processo e contribuir com esse documento.

Meu muito obrigado e fico à disposição dos senhores e das senhoras.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Muito obrigado, Professor.

Antes de iniciar essa Audiência Pública, a Secretária de Educação, Ana Pacini, me ligou, senhor Valmir, e justificou que estava no Ministério Público em uma audiência e não conseguiria conciliar os horários, mas estaria muito bem representada pelo senhor; e assim o fez. Muito obrigado.

Neste ato, concedo a palavra à Excelentíssima Senhora Gláucia Lopes Negreiros, Secretária Municipal de Educação do Município de Porto Velho.

A SRA. GLÁUCIA LOPES NEGREIROS - Boa tarde. Cumprimentar aqui o Deputado Estadual Cássio Gois, parabenizá-lo pela Audiência, e, justificar também a ausência da Deputada Estadual Ieda Chaves. Houve uma eventualidade, ela não pôde se fazer presente.

Cumprimentar o nosso Deputado Federal Thiago Flores, o Deputado Delegado Lucas, o Deputado Delegado Camargo.

Cumprimentar, de forma muito especial, a Professora Doutora Luciana Ondeí, do Ministério Público do Estado de Rondônia, que tem tomado a frente de inúmeras ações importantes de direcionamento na Educação do Estado de Rondônia.

Cumprimentar a Senhora Mayra, Defensora Pública. Também a Defensoria Pública tem sido um espaço importante de escuta do poder público, do Executivo e da sociedade como um todo. O Professor Valmir, nosso colega de trabalho, representando aqui a Secretária Ana Pacini.

E também, de modo muito especial, a Professora Doutora Marlene Rodrigues, da Universidade Federal de Rondônia, professora também que vem apoiando a Secretaria Municipal de Educação em frentes importantes de política pública.

Queria registrar também e agradecer o nosso Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação, Conselheiro Agenor, e a Conselheira Camila, minha colega Conselheira. Cumprimentar também a nossa Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Professora Dioneida. Em seu nome, toda a equipe do Sindicato que se faz presente.

Cumprimentar também a Promotora Doutora Yara Travalon, do Ministério Público, que está atuando na pauta da educação. Cumprimentar também a Elsie e o Vitor, do Conselho de Igualdade Racial. E cumprimentar aqui também, de maneira muito especial, a nossa Coordenadora do Fórum Municipal de Educação de Porto Velho, a Professora Lucicleia, que se faz presente. Em seu nome, toda a nossa equipe do fórum que conduz com muito zelo a construção e a execução do nosso Plano de Educação.

Bem, uma pauta muito importante essa Audiência. E que bom que nós estamos presentes para falar de uma retrospectiva de construção democrática de um documento que baliza a educação do país como um todo, que é o Plano Nacional de Educação. Ele foi aprovado em uma grande conferência que reuniu delegados de todos os Estados e de todos os municípios, como muito bem pontuou o nosso colega Valmir, de uma forma muito coletiva e democrática. Documento esse que



foi entregue pelo Fórum Nacional para o Ministro da Educação e que vai para discussão no Parlamento.

Bem, a Promotora, Doutora Luciana, foi muito feliz de pontuar aqui a todos que nos assistem – presencialmente e também de forma virtual – sobre o que se faz de realmente relevante na pauta da educação. Nós finalizamos um Plano Municipal de Educação e um Plano Nacional e Estadual de Educação com algumas metas e que, infelizmente, essas metas não foram alcançadas.

Estamos já nessa finalização de uma construção nacional e muitas dessas metas estarão novamente sendo atribuídas ao Executivo, ao poder público para que se garanta uma educação pública, laica e de qualidade, indiscriminadamente para todas as pessoas.

Nós acreditamos que todo o processo de colonização em que o Brasil Colônia passou realmente nos leva para grandes desafios. E esses desafios nós enfrentamos ainda hoje, principalmente quando a gente olha para a garantia de que todas as crianças estejam na escola. E mais do que isso, na garantia do acesso e da permanência dessas crianças.

O Município de Porto Velho, no qual hoje sou Secretária de Educação, tem atuado olhando com muito cuidado para as metas estabelecidas do seu Plano de Educação. Nós vamos, inclusive, com relação à educação infantil, que vai voltar a ser meta prioritária no Plano Nacional de Educação, nós vamos – Doutora Luciana – amanhã, pela primeira vez aqui no Estado de Rondônia, firmar uma nova política, uma política de credenciamento com a iniciativa privada para que o Executivo Municipal, quando não garantir a vaga para as crianças cadastradas na chamada escolar em uma escola pública, vai credenciar com uma escola particular e comprar a vaga para que nenhuma criança fique fora dela.

Nós nos espelhamos no Estado de São Paulo, na capital São Paulo, que tem essa política de conveniamento há muitos anos e conseguiu zerar a fila por espera de vaga. Nos espelhamos também na Secretaria Municipal de Salvador, que também conseguiu zerar a fila por espera de vaga.

E por que nós criamos, estamos criando essa estratégia? A criança da educação infantil tem pressa. Se hoje ela tem quatro anos e ela espera dois anos para a construção de uma escola, ela já perdeu a parte mais importante de seu desenvolvimento. Ela já será uma criança de Ensino Fundamental. Então, nós estamos propondo esse credenciamento como escolas regularizadas pelos Conselhos de Educação para que essa criança fique em uma iniciativa privada até o momento que o poder público consiga transferi-la para uma escola pública municipal de qualidade, que é o que nós temos estabelecido no nosso Plano de Atuação dentro da Secretaria.

É claro que a garantia e a execução da ampliação de oferta de vagas e da construção de novas escolas também estão no nosso planejamento. Nós estamos em fase de construção de duas novas escolas com doze salas de aula cada uma. Passamos pela ampliação de quase cinco mil novas vagas dentro da rede pública municipal nos últimos cinco anos. Mas, ainda assim não é suficiente, porque infelizmente a veracidade dos dados que a Doutora Luciana traz, é de que apenas 19% das crianças de 0 a 3 anos que precisam de vaga, apenas 19% são atendidas na rede pública. Isso é um dado de território.

Então, as crianças realmente têm pressa. Nós precisamos também, avançar na nossa política da educação especial garantindo que essas crianças, realmente, sejam atendidas na escola, de forma inclusiva. E não basta ofertar vaga, precisamos oferecer um atendimento especializado para esses estudantes, mas o poder público também tem os seus desafios.

E aí, a Doutora Yara, a Doutora Luciana, nós finalizamos o ano de 2023, no dia 30 de dezembro de 2023, com 1.200 alunos com deficiência - do nosso público de 44.000 estudantes -, e nós amanhecemos 2024, iniciando o ano letivo no dia 7 de fevereiro, com o dobro de crianças com deficiência. Nós estamos com 2.400 estudantes.

Então, é um número relevante de ampliação, em apenas dois meses, e que realmente é um desafio para o poder público conseguir adequar em um cenário como esse. Não entendemos o motivo de o crescimento tão grande. A gente espera um crescimento de até 20%, mas foi uma ampliação de 100%. Então, a sociedade civil - nós temos dialogado muito com a sociedade civil -, com os órgãos de controle, mas realmente, é um desafio para a Educação Municipal.

Mas, mais do que isso, o Plano Nacional de Educação propõe que nós avancemos na qualidade da educação. E aí, o município de Porto Velho já consegue pautar a melhoria da qualidade da educação, quando nós instituímos um programa o "Alfabetiza Porto Velho".

E é importante frisar, Deputado Cássio Gois, que todo o nosso trabalho, com a gestão do Prefeito Hildon Chaves, tem primado por se instituir como política pública e não como política de governo. Nós instituímos a exemplo disso, em lei, o programa "Alfabetiza Porto Velho" com a parceria do Tribunal de Contas, em que a gente saiu, Deputado Cássio Gois, de um número de apenas 30% de alunos alfabetizados em 2022 para 92% de alunos alfabetizados no final do ano letivo, graças a execução deste programa e graças ao efetivo trabalho qualificado dos nossos profissionais.

E agora, em 2023, nós finalizamos o ano com 94,6% de alunos alfabetizados. E todos esses números, que eu trago para vocês, foram evidenciados por meio de um programa nosso

também de avaliação, que é o "Avalia Porto Velho", mas também por um programa de avaliação, recentemente criado pelo Governo do Estado de Rondônia, o SAERO (Sistema de Avaliação Educacional do Estado e Rondônia), que premiou as 10 melhores escolas do Estado inteiro de Rondônia, e oito foram da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho.

Então, é nessa perspectiva que eu afirmo a importância de nós estarmos aqui, sendo os principais atores da educação, professores, trabalhadores, do apoio, da merenda, para que a gente possa garantir a efetividade de um novo Plano que se apresenta e para que juntos, nós consigamos alcançar o maior número possível das metas estabelecidas, garantindo - e aí eu volto a afirmar -, uma educação pública, laica e de qualidade; atendendo a todas as diversidades que se apresentem e levando, acima de tudo, a equidade dentro da educação, com as mesmas oportunidades para todos os estudantes. Muito obrigada.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Secretária Gláucia, para nós é um orgulho muito grande ver todos esses avanços na educação municipal, principalmente na capital do Estado. Quando a gente vê Porto Velho avançando nesses números expressivos, isso potencializa todos os outros municípios. E um destaque à gestão do Prefeito Hilton Chaves, que é um fã da educação do Estado de Rondônia.

A gente sabe a história dele com a educação do Estado de Rondônia. E eu, quando convidei - na verdade, nos convidamos, um convidou o outro -, eu e a Deputada Ieda para propor essa Audiência Pública, já foi pensando nesses resultados - que a gente sabia que a deputada, se estivesse aqui teria dito -, e também, por ser Vice-Presidente da Comissão de Educação, aqui na Assembleia Legislativa. Muito

obrigado e meus parabéns à gestão do Município de Porto Velho.

Eu gostaria de convidar, nesse momento, a Senhora Professora Marlene Rodrigues, representando a Unir (Universidade Federal e Rondônia) e pedir, gentilmente - nós estamos com os preletores, direto de Brasília, para poderem participar também dessa Audiência.

Se a senhora puder, gentilmente, ser breve, nós vamos passar a palavra para a condução dos trabalhos pelo Deputado Federal Thiago Flores. E aí, em uma outra oportunidade, a senhora pode dar continuidade na fala. Está bom?

A SRA. MARLENE RODRIGUES - Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes e aquelas que nos assistem. Eu estou falando do lugar de professora - professora da educação pública.

Então, desse lugar de professora, eu gostaria de fazer minha audiodescrição para as pessoas que nos assistem, sobretudo, aquelas que dependem dessa audiodescrição para saberem quem é a pessoa que fala aqui.

Eu sou uma professora, branca. Eu sou uma mulher branca de cabelos marrons, estou com os cabelos presos. Tenho olhos verdes e estou usando um batom em uma tonalidade marrom quase vermelho. Meu vestido é estampado de rosa com amarelo e outras cores e estou usando um blazer preto. Também estou com um brinco e é isso. Por que eu faço questão de fazer minha audiodescrição? Porque nós estamos falando de uma educação, uma proposta de educação para todos, e é sobre isso que o PNE fala.

E no contexto daquilo que a gente está aqui para discutir, - que é a questão da educação, dessa educação pública laica, inclusiva e para todos - gostaria de chamar

atenção para questão, até sobretudo, dos investimentos que inclusive foi falado aqui. Eu sempre digo o seguinte: se a gente acha caro investimento na educação é só a gente pensar no que representa a ignorância. O custo que a ignorância nos traz.

E longe de qualquer demagogia, eu gostaria de dizer assim para vocês, o dia que a escola conseguir de fato levar muito a sério todos esses termos que aparecem no PNE - racismo, diversidade, respeito, tolerância, enfim -, todos esses termos que aparecem no PNE por muitas vezes, no dia que nós conseguirmos levar isso a sério, nós teremos uma sociedade mais justa, mais igualitária. É sobre isso que o PNE está tratando. É sobre isso.

Uma outra coisa que eu penso que é importante, é que haverá um tempo em que a gente não vai precisar mais colocar esses termos lá dentro. É esse tempo que estamos lutando para alcançar. Que não iremos precisar, de maneira alguma, ter que falar às pessoas que é preciso respeitar a pessoa preta, a pessoa com deficiência, a gente não vai mais precisar falar sobre isso. É isso que a gente precisa alcançar com esse PNE, precisamos levar isso muito a sério.

Uma outra questão que me chamou muito a atenção, e me chama a atenção, pois eu sou pesquisadora da área e mãe de um menino com autismo. Sou pesquisadora da área. Eu estudo muito sobre a questão da inclusão das pessoas com deficiência. Eu não estudo apenas para mim, eu estudo e eu compartilho os meus estudos com outras pessoas que aqui estão. A professora Gláucia, a professora Luciana, o professor Valmir e outras pessoas aqui presentes sabem que não falo apenas por trás das cadeiras. Vou às escolas, eu tenho um trabalho sério nas escolas, eu faço aquilo que a universidade deve fazer e ela tem feito.

Então, eu gostaria de chamar bastante atenção para isso, porque deve ser pauta de discussão para esse PNE. Nós temos muitas crianças com deficiência. A Gláucia acabou de dizer que dobrou o número, no ano passado tínhamos um número, e agora dobramos. É preciso entender porque dobrou.

Eu penso que nós vamos entender porque o número dobrou, mas é importante pensarmos que agora nós precisamos criar estrutura para atender todos esses estudantes que estão aí. Independentemente de ter dobrado, deveríamos ter pensado em mais salas de aulas, em mais escolas, desde a educação infantil até o Ensino Médio e a universidade.

Então, é sobre isso que precisamos pautar a nossa fala e defesa. Como meu tempo está curto, eu gostaria de trazer uma fala que é do próprio Paulo Freire, que ele diz assim: "Se a educação não transforma a sociedade, sem ela a sociedade não muda." Ela pode não transformar as pessoas, mas sem ela, ninguém muda. E acho que esse é o ponto central. Os investimentos que precisamos fazer a partir desse PNE é no sentido de fazer com que a nossa sociedade seja melhor. E isso não se faz sem escolarização para todo mundo. E é para todos mesmo, não é para alguns em detrimento de outros, mas para todos.

Então, é em nome da defesa de uma educação laica, pública, inclusiva e para todos, acho que o PNE está aí para isso, e é sobre isso que a gente precisa pautar a nossa fala.

Muito obrigada.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Muito obrigado, Professora Marlene, pela contribuição na fala e pela compreensão do tempo.

Quero antes passar a palavra agora ao mediador do debate a partir de agora, Deputado Federal Thiago Flores. Cumprimentar aqui na galeria, o Diretor Executivo da Aprosoja, Vitor, minha estima e respeito por vocês e todos que estão aqui na galeria hoje. E aqui na plenária, a professora Leo Simão, que é cacoalense e que também tem o nosso respeito.

Deputado Federal Thiago Flores.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Boa tarde a todos. Começo dizendo para vocês que eu sou um político de carreira ainda muito curta, mas bem solidificada, porque levo para o campo político valores que carrego desde quando era muito pequeno e dava muito ouvido aos meus pais e professores.

Eu estou como deputado, e essa é uma fase transitória, mas eu estou como deputado federal, representando vocês lá em Brasília, não porque me fiz de carona com político "A" ou "B". Eu sou do espectro de direita e não tenho nenhuma vergonha em falar isso para vocês, mas eu estou lá em Brasília não por fazer propaganda de "A" ou de "B". Eu estou lá porque muitos dos que me acompanharam enquanto prefeito da minha cidade amada de Ariquemes e viram com que prioridade tratamos, inclusive e principalmente, a educação lá, que, como foi mencionado aqui, começa no transporte escolar, na abertura de vagas em creche, em diminuição ou praticamente aniquilamento de uma cena corriqueira de todo começo de ano, que é pai e mãe na chuva esperando para fazer a matrícula em creche ou escola para os seus filhos. E, lá em Ariquemes, nós acabamos com isso.

Eu estou dizendo tudo isso, pessoal, porque gostaria que vocês me vissem aqui com a imparcialidade de quem quer tomar com a importância que merece esse assunto. Não tenho



medo de vaias e também não sou ingênuo em dizer que os aplausos são todos benéficos ou verdadeiros.

Desde muito pequeno, eu assumi cargos com muita responsabilidade. Então, a gente aguenta a pressão de um Maracanã lotado. Eu só pediria que, em uma pauta como essa, nós tivéssemos sempre como centro a educação. A educação, o respeito, a cordialidade, a urbanidade, para que a gente possa sair dessa reunião, não como mais uma reunião de encontro de tomar café e rever amigos, mas pensando que a educação não é pauta prioritária nem da esquerda nem da direita. Ela é pauta do Brasil.

Eu queria, então, cumprimentar inicialmente o meu amigo e proponente desta Audiência, o Deputado Estadual Cássio Gois, um amigo que a política me apresentou. E digo que Cacoal, a região do café, está muito bem representada aqui, parceiro.

Cumprimentar também o meu amigo do tempo da polícia, como bem rememorou aqui há pouco, o Deputado Estadual Delegado Lucas Torres; também da polícia o meu amigo, o Deputado Delegado Camargo.

Cumprimentar de maneira breve, porque nós temos preletores que estão nos aguardando, mas muito sincera pelas palavras que todos vocês tiveram a oportunidade de nos brindar na tarde de hoje, mas a Doutora Luciana, a Doutora Mayra, o Valmir Souto, a Gláucia e a Marlene. Muito obrigado, primeiro pela aceitação do convite e segundo por poderem, em suas respectivas falas, expressarem os seus posicionamentos.

E, antes de eu passar a palavra para os preletores, eu queria dizer que um dos objetivos de aqui estar é que, daqui a pouco, como mencionou o professor Valmir, aportará lá no Congresso Nacional o Projeto de Lei que vai utilizar dessas

diretrizes aprovadas pelo Conae para que a gente institua o nosso Plano Nacional de Educação.

E muitas das pautas que nós tivemos oportunidade de debater, até o momento, principalmente essa questão inclusiva, eu concordo perfeitamente – perfeitamente –, mas há que se reconhecer que determinados pontos do que está sendo apresentado, no meu sentir – enquanto pai de um garotinho que está ali em cima, com quase quatro anos, que é o meu filho Benjamin –, eu vejo que não é legal. Não é legal.

E é preciso vocês, pelo menos, se permitirem ouvir o contraditório. Eu vi as audiências públicas de que muitos falaram aqui, que de pública mesmo, meus caros, não foram. Não foram. Eu, enquanto parlamentar federal, não recebi um convite sobre essa audiência. Não digo que sou displicente, muito longe disso, trato meu cargo com extrema responsabilidade. Mas, assim como eu, assessores meus, da minha cidade de Ariquemes e daqui a pouco eles terão oportunidade de falar, assim como... inclusive já quero abrir, Presidente, para as inscrições, porque nós teremos os preletores para que vocês possam se inscrever para que possam fazer perguntas aos preletores ou a qualquer um aqui da Mesa.

Mas, é importante a gente fazer essa ponderação. Será que não há oportunidade para que a gente possa discutir essas diretrizes ainda, uma vez que pautado lá em Brasília, instituído o Sistema Nacional de Educação, será que teremos condições – e uma das preleções será a questão da autonomia estadual e municipal?

É importante a gente fazer esse juízo de que há coisas ainda para serem corrigidas. No meu entender, de um cidadão comum e de alguém que vai aproveitar essa Audiência para formalizar um documento e levar ao Presidente da Comissão de

Educação, lá na Câmara, qual é a opinião de Rondônia sobre esse tema. Esse é um compromisso que fiz. Gravei em vídeo e é por isso que estamos aqui.

Eu acho que não estamos todos completos. Precisamos avançar muito como todos aqui já disseram. Há pontos benéficos. Mas, sem militância de "A" ou de "B", eu vejo que há condições para que a gente aperfeiçoe o que será debatido lá no Congresso Nacional. E esse é meu papel. Quando a gente fez o convite, foi para ouvi-los. Sem preconceito de conhecimento.

A gente aprende a todo momento com qualquer pessoa, sobre qualquer assunto. Eu acho que o Plano ou as diretrizes do Plano podem ser ainda carecedores de discussões que têm como objetivo melhorar, obviamente, a nossa educação.

Para que a gente não se alongue mais e em respeito, e já me desculpando imensamente aos colegas que se dispuseram a palestrar para gente aqui, eu queria já chamar a Doutora Adriana Marra de Paula. Ela é de Belo Horizonte, graduada em Direito, pós-graduada em Direito Público, Direito de Família e Sucessões, Neurociência e Educação. Mestranda em Psicologia Social. Autora e coordenadora do livro "Contribuições da neurociência à implementação das políticas autocompositivas". Conselheira do Movimento Mães Direitas; Delegada da Confederação Nacional das Associação de Pais e Alunos; associada dos Guardiões da Infância e Juventude e Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil.

Doutora Adriana, obrigado pela presença. A senhora tem dez minutos e ao final a gente retoma aqui para outras deliberações, ok?

Doutora, só um momentinho, só respondendo já aqui. Para que a gente otimize o tempo deles, que estão fora, eu gostaria de ouvir os três preletores, enquanto a gente faz

as inscrições aqui e ao final dessas três palestras, são dez minutos, vocês já podem fazer as perguntas. Eles estarão aguardando a gente. Só para que eles possam já, a próxima Audiência Pública deles é às 19 horas, horário de Brasília. A gente teve um probleminha técnico, atrasamos um pouco aqui e por isso a orientação aqui é que façam as três palestras de maneira sucessivas e, ao final, a gente faz a abertura para os questionamentos. Tanto a eles, que lá estarão, como também aqui ao pessoal da Mesa. Está bom?

Doutora Adriana, por favor e muito obrigado.

A SRA. ADRIANA MARRA DE PAULA (Por videoconferência) - Boa tarde, deputado. Eu gostaria de cumprimentar a todos os presentes e a quem nos assiste também virtualmente, em seu nome. E agradecer também pela oportunidade ímpar deste momento para que possamos, de fato, de discutir e oferecendo o contraditório - coisa que não houve na Conae essa oportunidade.

Eu acho que está dando interferência aqui. Vocês estão me ouvindo?

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Perfeitamente.

A SRA. ADRIANA MARRA DE PAULA (Por videoconferência) - Está bom. Então, vou começar minha apresentação. Não sei se me ouviram até esse momento ou nada, só para me situar.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Sim, sim.

A SRA. ADRIANA MARRA DE PAULA (Por videoconferência) - Está bom. Então, eu quero começar falando até já contrapondo um pouco e, com todo o respeito e por amor ao debate, as falas que me antecederam em relação ao suposto contraditório que houve na Conae, não houve. As famílias, os representantes de famílias não ficaram sabendo. Muitos representantes de escolas não ficaram sabendo. A Conae, eu quero, vou até compartilhar aqui a minha tela para tentar ser um pouco mais didática, porque são muitas siglas. Então, às vezes, assim a gente consegue ser um pouco mais didática e explicar a quem não está envolvido totalmente nesse processo.

Bom, então, vamos falar do Plano Nacional de Educação, Sistema Nacional de Educação e Controle Social que na nossa interpretação e, eu muito convictamente, tenho certeza de que se trata de um projeto de poder.

Para alinhamento de conhecimento, de conceitos, o que significa o Conae? Conferência Nacional de Educação. Essa CONAEE aí, que está escrita com um "e" a mais, é porque o Fórum Nacional de Educação decidiu trazer à baila esta conferência em um tempo que não era o de praxe, em um tempo extraordinário. Ou seja, propuseram a primeira, segunda e terceiras etapas da Conae a partir do final de outubro, tempo em que as escolas estão em provas finais, depois, recesso escolar e recesso do Congresso Nacional também. Em um tempo em que a população brasileira está especialmente distraída com férias, com festas de final de ano.

Então, foi este o período que extraordinariamente o Fórum Nacional de Educação propôs debate para o Plano Nacional de Educação, que é o PNE, que vai vigorar por 10 anos no Brasil, definindo as diretrizes. Um tema de relevantíssimo interesse social e a sociedade não tomou conhecimento desta proposta.

SNE significa Sistema Nacional de Educação e é a estrutura do Plano Nacional de Educação. PNE, então, é o conteúdo que foi discutido nas Conferências Nacionais; o SNE dá as diretrizes e a estrutura para que o Plano Nacional de Educação aconteça.

O controle social é um termo que foi muito utilizado, repetido por várias vezes no documento base, documento de referência, documento final, e ele induz a população a erro. Induz a compreensão de que se trata de um controle da sociedade sobre o Estado, em que a prática significa exatamente o contrário. É um controle quase que absoluto do Estado sobre a população – e eu vou demonstrar como isso vai acontecer.

Bom, como eu disse no início, eu tenho a convicção de que a educação, como está sendo tratada, nada mais é, que um meio pelo qual se busca a implementação de um projeto de poder e que busca permanecer no poder.

Bom, então, por que a gente fala que é um projeto de poder? Porque as ideias que estão sendo trazidas no Plano Nacional de Educação, agora, e no Sistema Nacional de Educação, que a Doutora Cássia vai explicar melhor, essa distinção, ela já está prevista, já é bem pensada, já tem clareza, desde a década de 1950.

Eu vou ler um trechinho de um artigo, rapidamente, que foi escrito em 1959 por um jornalista comunista canadense, em que ele diz o seguinte – quando a tentativa naquele momento, de subversão, o foco eram os Estados Unidos, tá? Então, façam a transposição para o momento em que a gente vive hoje. Ele disse, no artigo, que se ele ganhasse milhões de dólares, ele não desperdiçaria esses milhões de dólares subornando servidores públicos para obter segredo de Estado. Mas, ele iria encorajar, patrocinar relapsas bandas de

garagem a produzirem muita cultura de lixo, muitos músicos desmiolados a produzirem também muita cultura de lixo...

Gente, por favor, se vocês puderem parar de conversar aí, porque está me atrapalhando muito.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Não, não, não é. Aqui no plenário e a galeria, preletora, tudo está em silêncio.

A SRA. ADRIANA MARRA DE PAULA (Por videoconferência) - Não é na galeria, é o pessoal da técnica.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Ah, tá.

A SRA. ADRIANA MARRA DE PAULA (Por videoconferência) - É o que estava acontecendo desde o início. A gente não estava conseguindo ouvir o que estava acontecendo.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Está bom. Vamos tentar dar prosseguimento. Por gentileza.

A SRA. ADRIANA MARRA DE PAULA (Por videoconferência) - Posso retomar?

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Sim, senhora.

A SRA. ADRIANA MARRA DE PAULA (Por videoconferência) - Então, ele dizia que patrocinaria fartamente, com muitos milhões de dólares, toda a ideia de quebra de disciplina, de estímulo ao afrouxamento da autoridade sobre qualquer criança, de modo a fazer crescer, em muito pouco tempo, uma geração de adultos que pudesse facilmente sair do controle.

Deixariam os pais confusos, desesperados, tudo isso seria prodigamente patrocinado. Então, os Estados Unidos, em desespero, buscaria qualquer tipo de disciplina capaz de salvá-lo. E aí, seria o comunismo. A disciplina mais térrea desde Esparta. E essa vitória seria sem sangue, exceto, é claro, nos campos de concentração, tortura, prisões e coisas do tipo. Mas ninguém saberia disso, graças à censura da imprensa.

Isso foi escrito em 1959 e esse é o objetivo deste Plano Nacional de Educação, que nada mais trouxe, no seu conteúdo, do que a proibição da diversidade das escolas, ou seja, pretende acabar com as escolas cívico-militares que, flagrantemente, são as escolas que entregam o melhor resultado em relação a ensino, aprendizagem, a qualidade acadêmica - e não a qualidade social. A qualidade social não busca conhecimento, busca apenas inclusão e diversidade.

A finalização das escolas privadas. Isso foi um eixo inclusive que eu assisti, eu gravei essa palestra, inclusive, com a preletora dizendo que será necessário acabar com as instituições privadas de ensino porque elas ameaçam a soberania do país. **(falha na transmissão)** Ela explicou que os empresários donos das escolas não têm compromisso com a prestação de serviço. Então, fica comprometida a formação dos cidadãos e, logo, a soberania do país fica fragilizada já que é formada por cidadãos mal formados, porque os empresários não têm comprometimento com a qualidade da informação, da formação dos estudantes, da prestação de



serviço. Mas, essa não é a realidade que a gente vê também no país.

Nenhum critério avaliativo de qualidade, nenhum. Deputado Rodrigo Camargo mencionou sobre o resultado do PISA. O Brasil hoje se encontra na 65ª posição e é um dos países que mais investe na educação e nem por isso tem um resultado sequer medíocre. O resultado é horroroso. É pior que medíocre. E não tem a ver com o investimento, então. E nesse Plano Nacional de Educação busca-se aumentar esse investimento para 10% do PIB, 10% da riqueza de todo o país direcionado para um Sistema Nacional de Educação, que a Professora Cássia vai falar melhor, que tem direcionado a educação da forma a qual se encontra: terrível.

Então, buscam a educação a partir de zero anos, ou seja, eles procuram afastar os nossos filhos da família e deixando condicionado às escolas de forma que sejam bem doutrinados. Querem proibir as avaliações dos estudantes, inclusive hoje está tendo uma reunião no MEC (Ministério da Educação) exatamente sobre isso, sobre não avaliar mais, ao argumento de que isso é humilhante para o aluno que não consegue corresponder. Ou seja, acabam completamente com a meritocracia.

E foi dito por palestrantes que ele está, que eles estão ali para formar militantes, sim. Então, é um projeto que busca a idiotização dos nossos filhos, a bestialização completa, a doutrinação absoluta sem nenhum objetivo em relação ao seu desenvolvimento de conhecimento, de aprendizado, de desenvolvimento individual, haja vista esse termo "qualidade social" ter sido repetido diversas vezes.

E já passando, já finalizando aqui, passando a palavra para a Professora Cássia, essas são as metas então do Plano Nacional de Educação, prioritariamente, trabalhar o

socioambientalismo, que já foi em 1927, Mikhail Gorbatchov foi patrocinado pelo então Diretor-Geral da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que publicaram uma "Carta da Terra" ou "Constituição da Terra", e aí a Unesco, envolvida com essa proposta, a ONU (Organização das Nações Unidas), é uma proposta globalista, para que essa "Carta da Terra" substituísse os Dez Mandamentos.

Então, por isso a gente ouve tanto falar em socioambientalismo, de forma que se esqueçam a religiosidade, o cristianismo e comecem a idolatrar o "Deus Terra". A inclusão, a diversidade foram repetidas muitas vezes. A proposta que perpassasse por todas as disciplinas a tal da qualidade social, o controle social, que é o Estado, a mão forte do Estado regulando tudo, e o capacitismo também, um termo que não se sabe nem bem o que significa.

Agora, o Plano Nacional de Educação, pelo que nós temos entendido, nada mais é do que uma cortina de fumaça para que eles consigam aprovar o Sistema Nacional de Educação, que está sendo veiculado, possibilitado de duas formas: ou dentro do Plano Nacional de Educação – e ele está ali no centro, ele vem junto, que ainda vai ser votado, colocado, pautado para votação nas duas Casas – e por um Projeto de Lei Complementar do Senador Flávio Arns, que é um projeto de 2019. Ele já foi aprovado por unanimidade, estarrecedoramente, no Senado, e hoje tramita em regime de urgência para votação na Câmara dos Deputados.

Caso o SNE seja aprovado pela Câmara dos Deputado – e por isso a gente fala que o Plano Nacional de Educação tem servido como uma cortina de fumaça –, ele implementará todo o Plano Nacional de Educação, mesmo que ele não seja aprovado agora.

Então, a nossa maior preocupação, para a implementação de todo esse terror, esse desastre, que vai acabar com toda a capacidade mesmo, o senso crítico de desenvolvimento, de desenvolvimento das habilidades, dos talentos dos nossos filhos, caso o SNE por meio do Projeto de Lei, do Senador Flávio Arns, passe na Câmara dos Deputados, ou também, da mesma forma se o Plano Nacional de Educação passe.

Para finalizar, como o SNE vai ser implementado? Isso também foi uma parte do eixo que eu assisti, o eixo 4 sobre o controle social estratégico da Educação. O que se pretende é criar milhares de Conselhos de Educação. O plano ideal é que seja criado de bairro a bairro, para que esses conselheiros façam a fiscalização, escola a escola, e repasse esses relatórios para a comissão que vai coordenar o Sistema Nacional de Educação.

E esse Sistema Nacional de Educação vai acabar com a autonomia dos Estados, vai acabar com a autonomia dos municípios, vai acabar com a autonomia dos diretores de escola, sob pena de responsabilização cível, criminal e administrativa.

Eu encerro por aqui. A professora Cássia vai dar sequência nesse raciocínio. Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Doutora Adriana, muito obrigado pela sua disposição. Peço aos presentes, já que somos sempre muito cobrados para conviver com as diferenças, peço que não se manifestem neste momento. Daqui a pouco será aberta a oportunidade para cada um fazer as perguntas aos preletores ou à Mesa. Conviver com as diferenças.

Dando continuidade, então, eu queria antes fazer um agradecimento aos professores do IFRO (Instituto Federal de Rondônia) que estão a sentados ali em cima. Uns vieram de Vilhena outros de Colorado, está aqui todo mundo nominado, mas em nome do Professor Rodrigo, estendo os cumprimentos a todos vocês que prestigiam essa Audiência, está bom? Pessoal do IFRO.

Dando continuidade, vamos chamar agora para falar sobre a palestra "A tomada do poder por meio do Sistema Nacional da Educação", a preleitora Cássia Queiroz. Historiadora, Professora de História do Ensino Fundamental e Médio; Mestre em Educação Patrimonial e Gestão de Patrimônio; Especialista em Cinema e Educação; Diretora e Produtora de Cinema e Vídeo. Doutora Cássia, a senhora tem a palavra.

A SRA. CÁSSIA QUEIROZ (Por videoconferência) - Muito boa noite. Quero parabenizar aqui e cumprimentar a Mesa, ao mesmo tempo, nas pessoas dos Deputados Estaduais Cássio Gois e Ieda Chaves, e Deputado Federal Thiago Flores, a importância desta Audiência Pública para tratar de assuntos tão sérios.

Quero agradecer a Professora e Doutora Adriana Marra, que já fez uma introdução para que eu traga aqui para vocês que estão nos ouvindo, uma notícia aterrorizante, que é uma tomada do poder pela educação.

Bom, todos sabem que houve a Conae em 2024. Eu fui observadora dessa Conae, eu participei das etapas municipais, estaduais e federal, em Brasília. Bom, a Conae faz um documento-base para o novo PNE, o novo Plano Nacional de Educação. O nosso ano de 2024 está acabando, o nosso PNE, o decênio anterior, foi 2014 a 2024. Agora, é um novo decênio de 2024 a 2034.

Bom, o que acontece é que neste decênio, só para esclarecer: esse documento-base da Conae para o novo PNE, tem 7 eixos. O eixo 1, é o eixo que eu fiz parte, que eu estudei, e é o eixo que fala do Sistema Nacional de Educação. Acontece que muitas pessoas estão confundindo PNE com SNE. O PNE é o Plano Nacional de Educação que a Conae traz para que toda a sociedade, via de regra deveria ser assim, que todos participassem na construção desse documento.

Acontece que esse documento já veio pronto, pronto e acabado. A gente não podia modificá-lo, nem colocar as nossas questões. Bom, então lá no eixo 1, vem a proposta do Sistema Nacional de Educação, dentre tantas outras ideias e concepções para serem implantadas na educação. Que de educação não é nada, mas doutrinação, sim.

Bom, o que é o Sistema Nacional de Educação? Em 2009, o Congresso aprovou uma Emenda Constitucional de nº 59. E essa Emenda Constitucional tratava do SNE. Mas, ele não falava da estrutura do Sistema Nacional de Educação. Ele apenas disse que o PNE, agora, deveria ser com o SNE junto, juntamente com o SNE, Sistema Nacional de Educação.

No entanto, veio a Conae de 2014, com o novo PNE de 2014 a 2024, que acaba agora, o eixo 1 traz ali o Sistema Nacional de Educação, até porque ele é constitucional. Mas, traz ali, com uma instância só de cooperação e negociação entre os entes federados, mantendo no seu Artigo 30 a autonomia de Estados, municípios e DF (Distrito Federal). Ótimo! Até agora dois distritos, não é? Nós temos dois distritos.

Bom, até aí, tudo bem. Acontece que não foi implementado. Em 2019, o Senador Flávio Arns apresenta o desenho, a estrutura do que seria um Sistema Nacional de Educação. Até então não existia essa estrutura, existia uma

proposta. Mas, ele trouxe como Projeto de Lei mais de 40 páginas, de como é que seria esse Sistema Nacional de Educação.

Agora, senhores, pasmem, lá na proposta do Senador Flávio Arns, ele propõe primeiro, tirar a autonomia dos municípios, Estados e distritos. Esta é a primeira parte mais dolorosa para nós que somos um país livre, ou que pretendemos ser. Tirar a autonomia dos municípios e dos Estados.

Bom, a segunda proposta mais dolorosa do Senhor Senador Flávio Arns é criar duas instâncias de pactuação federativa. Aqui eu quero fazer um parênteses. Para quem é deputado, para quem é vereador, quem está na política sabe muito bem o que significa uma pactuação federativa. O cumprimento dessa pactuação é obrigatório. É diferente de uma Parceria Público-Privada (PPP), de um convênio, dos quais você pode desfazer no momento que quiser, pode readequar, ressignificar. Mas, aqui não, na pactuação federativa, uma ela feita, você é obrigado a cumprir e sofrer as sanções administrativas, cível, penal, criminal, inclusive. Você pode ser preso se não cumpriu a pactuação federativa.

No entanto, o Senador Flávio Arns traz como proposta essas duas instâncias de pactuação federativa. Uma tripartite, que é a União, Estados e municípios. E a bipartite, que envolve apenas os Estados e os municípios, onde estará em todos os Estados e municípios do Brasil.

Na tripartite, será presidida pela União e, por exemplo, a União, essa comissão da União, será presidida pelo Ministro da Educação. Nos Estados e municípios, tanto na tripartite quanto na bipartite será pela Consed e pela Undime, como já foi inclusive comentada na Mesa. O Consed representa o

Conselho dos Secretários de Estados da Educação, e a Undime é de todos dirigentes municipais da educação.

Pensem bem, meus senhores, apenas duas, duas entidades irão realmente definir e decidir tudo o que nossos filhos vão receber dentro das escolas. Vão perder autonomia os municípios e os Estados. Nenhum vereador, deputado estadual, deputado federal, prefeito ou governador poderá levantar a voz para discordar dessa pactuação federativa que for feita dentro desses moldes propostos pelo Senador Flávio Arns.

No Fórum Nacional de Educação, da qual a Consed e a Undime estará apensado, agrupado, junto com a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), a UNE (União Nacional dos Estudantes), a LGBTQIA+, o MST, enfim, e mais de 50 outras entidades, sendo que no máximo três são conservadoras de direita.

Então, há um desequilíbrio. Não está havendo um equilíbrio das forças do Brasil para se discutir a educação de fato. Então, é isso que é a proposta do Flávio Arns e quando você vê o documento da Conae propondo o novo PNE, você espelha esse PL (Projeto de Lei) do Flávio Arns com as propostas do PNE no eixo 1, elas são semelhantes, elas são iguais são cópias. E está lá no documento. É só vocês abrirem e colocarem lá tripartite, faz uma busca, você já vai chegar nelas e vão ver que a proposta do senador é a mesma da Conae 2024-2034.

Caminhando para finalização da minha fala, quais são os riscos disso? Como já disse a Doutora Adriana Marra, todos os Conselhos Municipais e Estaduais já existentes terão que se readequar de acordo com esse novo SNE definido por essas duas entidades. Outros Conselhos serão criados à luz desse SNE, desse sistema totalitário de educação, aos modelos

soviéticos, onde os filhos não vão pertencer mais à família, mas ao Estado. Está lá escrito.

As famílias não terão mais direito de educar seus filhos, porque as novas diretrizes da Conae são para essa pluralidade. Pluralidade de onde? Porque eu não estou vendo pluralidade aqui. Eu estou vendo uma minoria definindo o futuro de uma nação.

Bom, então vão pautar prefeitos, diretores, governadores, deputados, todos que se levantarem contra isso, pais de alunos, diretores de escola particulares, privadas, que não poderão mais ser autônomas. Elas deverão, sim, introduzir projetos definidos pela Consed e pela Undime. Por essas duas instâncias de pactuação federativa.

Então, é disso que nós estamos falando. É a perda total da nossa liberdade de educar nossos filhos, por exemplo, como queremos, ou escolher uma escola que não é doutrinadora. É um direito dos pais, é um direito do cidadão brasileiro não querer que seus filhos sejam doutrinados. Então, é isso que nos espera.

E mais, vamos supor que um diretor de uma escola não pactue com isso, que diga "não": "Na minha escola, por exemplo, não vai ter pronome neutro", por exemplo. Ele pode ser criminalizado, como é que está escrito no artigo 38, 108 e 177 do documento final da Conae, propondo para esse novo PNE. Está lá. Vou ler para vocês só o finalzinho: "essas instâncias terão meios de controle e execução obrigatória com sanções administrativas, civis e penais."

Meus senhores, o que eu estou dizendo aqui é que o Brasil caminha para uma sovietação da educação. Esse é o modelo do estado totalitário que Hitler usou no nazismo, que Stalin usou na União Soviética. É o mesmo modelo. É só vocês olharem, estudarem um pouco. É a mesma faceta. Entregar numa



centralização de poder, onde a União será a mestra disso tudo.

Bom, enfim, para finalizar, e agora finalizando mesmo, o Senador Flávio Arns fez esse Projeto de Lei, enviou para o Congresso, e está lá para ser votado em regime de urgência. Em 2022, por unanimidade, ele foi aprovado. Então, ele veio como regime de urgência para o Congresso. O que acontece é que a Deputada Federal Adriana Ventura olhou isso e viu o perigo de os municípios perderem autonomia, de os Estados, de um diretor de escola particular, de uma escola confessional, e ela viu esse perigo e propôs um PL (Projeto de Lei), de número 109/2023, na qual mantém, sim, a autonomia dos municípios, Estados e Distrito Federal, tal qual a Constituição prega e reza. E colocando essas duas instâncias presididas pela Consed e pela Undime como consultivas, porque é assim que deve ser um Estado Democrático de Direito, e não instâncias de pactuação federativa, as quais vão definir o estado do meu, do seu, dos nossos filhos.

Então, quero colocar isso aqui como um perigo que pode ser votado a qualquer momento. Então, quero alertar a vocês vereadores, prefeitos, deputados federais, estaduais. Levantem-se. Nação brasileira, levante-se, porque isso aqui é uma carta, um cheque em branco para duas entidades, e a União gerir tudo que é educação neste país, doutrinando, com um espectro doutrinário para os nossos filhos, as nossas crianças, condenando para sempre a inteligência dos nossos filhos. A cultura brasileira será fadada ao fracasso.

Se a gente foi mal no PISA, aguarde os próximos cinco anos. Muito obrigada.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Professora Cássia, muito obrigado pela oportunidade, por nos propiciar esse

momento, nos desculpando pelo atraso. E, sem me alongar muito, se é um assunto que nós devemos nos debruçar talvez aqui nesta Audiência sobre essa perda de autonomia dos Estados e municípios. E esse é um dos pontos que a gente pode travar aqui, as discussões, a abertura das inscrições, porque eu acho que é um ponto central na questão da discussão do Plano. É só um convite para aqueles que queiram refletir sobre isso, todos terão oportunidade de falar.

Mas, sem maiores delongas, eu chamo então, para fechar as explanações, o professor João Alberto da Cunha Filho. Ele é de João Pessoa, lá na Paraíba. Advogado, jornalista, teólogo, especialista em Direito Constitucional e Financeiro, Ciência Política, *Compliance* Empresarial, Tecnólogo em Gestão Pública, MBA em Projetos Sociais. Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, membro da Coordenação Nacional da Marcha da Família e do Fórum Conservador. Ele falará sobre o tema: "O Plano Nacional da Educação 2024 e fim da autonomia educacional de Estados e municípios". Tempo regimental, professor, dez minutos.

Professor João, o senhor tem a palavra, muito bem-vindo e obrigado.

O SR. JOÃO ALBERTO DA CUNHA FILHO (Por videoconferência)  
- Bom, muito bem. Eu é que agradeço a oportunidade. Parabenizar A todos que organizaram o evento, de modo que eu agradeço e já cumprimento a todos, para ser objetivo em relação à minha fala.

Dizer que, ao bem da verdade, é importante pontuar, como foi dito pela minha colega que me antecedeu, a doutora Adriana Marra, nós temos uma série de siglas que, às vezes, nós nos perdemos sobre elas. Então, nós temos o Ministério da Educação e da Cultura, nós temos o Fórum Nacional da

Educação, nós temos o Plano Nacional de Educação, as Conferências Nacionais de Educação - Conae, o Plano Nacional é o PNE. Nós temos o SNE, que é o Sistema Nacional de Educação.

Mas, ao bem da verdade, nós não temos absolutamente nada. Resumindo tudo isso aqui, se pegarmos hoje o MEC, o FNE, a Conae, PNE e o SNE você tem tão somente um projeto de revolução. E esse projeto de revolução mira três instituições que são o alvo de todo esse processo pseudopedagógico, que seria a família, a igreja e a escola.

E eu vou explicar essa minha tese e gostaria, imensamente, de estar presente aí com vocês, porque poderíamos fazer dessa Audiência Pública, uma vigília e discutir sobre isso durante toda a madrugada. Mas, observe que esse documento que nos foi entregue, sim, pré-formatado com 179 laudas. Já recebemos esse material pronto e ele tinha, sim, todo o seu conteúdo, inclusive no eixo 2, na página 58, no ponto 266, ele traz um atentado ao *homeschooling*, às escolas cívico-militares, às escolas confessionais, sejam evangélicas ou sejam católicas.

Então, é um documento que foi trazido e já pré-concebido sem discussão que o antecedeu para que nós pudéssemos analisar o que já estava pronto. E a dúvida é, como o Movimento Sem Terra pode, de alguma forma, falar alguma coisa sobre processo pedagógico ou tendência pedagógica. Ele não pode falar absolutamente nada. Porque eu creio que estatutariamente, se ele tem um estatuto, ele não fala sobre educação.

Eu não sei como essas instituições, e aqui eu vou falar do MST, exclusivamente, por conta do meu tempo, mas teriam várias outras para falar, como eles conseguiram construir,

com qual competência pedagógica, construir um documento como esse.

Esse documento foi recebido, depois ele foi alterado para mais de 200 laudas e hoje ele tem quase 300 laudas. Não foi democraticamente discutido. O próprio processo Conae não sabe o que é democracia e participação popular. Digo e provo, porque a Deputada Federal Adriana Ventura expediu ofício ao MEC e esse ofício retornou com uma resposta oficial, e aqui nós temos o resultado. Lógico, que não vai dar para ver agora, mas eu gostaria de passar para a assessoria do deputado todo esse material, porque é importante nós falarmos e termos as provas para ficar tudo bem esclarecido e para a discussão mais rica e prazerosa.

Só para se ter uma ideia, no Estado de Minas Gerais nós tivemos aqui, em termos de participação dos municípios na discussão, ao todo são 853 municípios no Estado de Minas Gerais, essa Conae aconteceu em um município. Representa 0,1% do total. Isso implica dizer que não existe aqui democracia ou participação popular. Há imposição estatal para que a nossa cultura seja aborrecida por um processo revolucionário.

Mais um exemplo, para não ser enfadonho. No Estado da Bahia, de 417 municípios, foi realizado em quatro, o que representa 1% de todos os municípios do Estado baiano.

Isso implica dizer que todo esse processo é fadado ao insucesso, porque ele é inconstitucional na sua base. Ele é inconstitucional, porque fere o princípio da publicidade.

Todos nós sabemos que o artigo 37 da Constituição traz cinco princípios. E nós chamamos de LIMPE: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O processo Conae, que visa a formação do Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos, infringe dois princípios. O primeiro é o da publicidade. Porque, como foi dito aqui, provado, inclusive a resposta do MEC, não foi dado publicidade a todo o processo. Não houve discussão, houve imposição. E se a ele não foi dado publicidade, se não houve discussão, ele não pode ser eficiente. É claro que na sua base ele não tem eficiência.

E para dizer e provar, nós temos aqui em mãos, a programação da Conae que aconteceu em Brasília. Eu estive lá, eu não ouvi dizer. Eu estava presente junto com a minha colega Adriana Marra, Doutora Cássia também e tantos outros ilustres pares. Dizer que foram divididos em colóquios para uma suposta discussão de uma matéria que já estava pré-aprovada e, por exemplo, aqui, no Colóquio 23 que aconteceu às 08:30 do dia 30, no Anfiteatro 13, o Colóquio 23, tratava sobre Conselhos Municipais de Controle Social.

Então, isso implica dizer que diante de todo esse universo, todo o processo, e aqui eu gostaria, me permitam, repetir todas essas siglas: o MEC, o FNE, a Conae, o PNE, o SNE, o BNCC (Base Nacional Comum Curricular), tudo isso está direcionado não a processo pedagógico e, sim, a um processo revolucionário de base.

Dizer que, lá no eixo 1 já que foi dividido em 7 eixos, você tem a perda da autonomia dos municípios e dos Estados em relação à educação.

E por que nós podemos dizer que isso é inconstitucional? Porque é claro que o artigo 30 da Constituição Federal diz que o prefeito vai gerir a educação nos municípios, a educação infantil, ensino fundamental. Claro que auxiliado, sim, pelo Estado, pela União, mas é prerrogativa do chefe do Poder Executivo Municipal, na pessoa do prefeito. Mas, esse

texto da Conae entende, como todo processo da atual gestão federal, de federalizar tudo; de tudo ser concentrado em Brasília. Isso implica dizer que prefeitos e governadores, inclusive os mais de 5.500 prefeitos que irão às urnas em outubro, e os mais de 55 mil vereadores que irão se submeter a um processo democrático eleitoral em outubro, precisam ficar atentos a isso.

Esse texto retira do prefeito a sua autoridade e a sua autonomia em relação à educação do seu município, trazendo prejuízo incomensurável e irreparável às nossas crianças e aos nossos adolescentes. O que fica é, com todo respeito, um aviso ao douto representante do Ministério Público que também falou, e que me antecedeu.

Observe que essa necessidade de trazer tudo para o ente federal, é exatamente para você ter, vamos dizer, um regime totalitário de gestão pública em que você vai anular prefeitos e governadores aqui, em relação à própria educação.

Mas, você vê esse mesmo processo acontecendo em outras áreas da gestão pública federal, que eu vou citar em um minuto daqui a pouco, quais são esses termos.

Mas, não podemos perder de vista que esse processo, Conae ataca de forma clara, evidente e acintosa, aqueles que têm uma ideologia diferente dessa ideologia progressista que está estampada em todo esse texto. Estamos falando do texto Conae que foi publicado e está à disposição de todos, inclusive, basta você entrar no site.

Por quê? Porque nós temos uma perseguição ao agronegócio. Nós temos uma perseguição aos conservadores. Nós temos uma perseguição a toda e qualquer escola confessional, cuja doutrina é uma doutrina de cosmovisão cristã, porque a lei permite. O Artigo 205 da Constituição

Federal diz que a educação é uma prerrogativa do Estado e da família.

É do Estado, porque nós pagamos impostos. Não é a iniciativa privada que vai construir escolas. É o Estado que tem que construir escola. Estado no seu sentido macro, municípios, Estados e a União. Mas, a família é quem vai educar.

Mas, há um atentado violento ao *homeschooling*, que é inclusive previsto na própria Constituição. O artigo 205 diz que a educação é prerrogativa da família. Mas, o Estado totalitário exige que a escola seja bem estatal para que o processo revolucionário possa ser posto em prática.

E aí vem um questionamento. Se nós temos uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, de Nº 26, que tramitou no STF (Supremo Tribunal Federal); assim como o Mandado de Injunção 4733, que também tramitou no STF; a Lei Federal 14.532/2023; e as devidas alterações que ocorreram na Lei Federal 7.716/1989; e que todo esse arcabouço legal e jurisprudencial defende e traz uma certa proteção para que todas as pessoas que de forma equivocada tratem de forma ilegal todos aqueles irmãos que são do grupo LGBT e eles são enquadrados como injúria racial, como um delito; isso implica dizer que essa mesma jurisprudência da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, do Mandato de Injunção 4.733, assim como da Legislação Federal, eu, como cristão, posso também me sentir injuriado.

É exatamente a mesma decisão. Só que ao invés de ser utilizado para esse grupo, vai ser usado em favor daqueles que professam uma fé cristã, como cosmovisão de vida. Cada um pode ter a sua cosmovisão. Você pode ter uma quase visão marxista,... Eu posso ter uma cosmovisão dos Provérbios e

Salvos, é um direito meu, porque a Constituição assim garante.

Mas, essa caça ao *homeschooling*, à escola cívico-militar, aos conservadores, às escolas confessionais (seja ela evangélica ou cristã), pode sim, ser enquadrada como uma injúria racial, já que você tem deliberadamente um documento que combate essa estrutura.

E, é sempre importante falarmos, num processo educacional, sobre pedagogia. Nós não falamos sobre pedagogia no Conae. O Conae foi tão somente uma reunião de progressistas, revolucionários, esquerdistas; claro que, nas 50 entidades, você tinha entidades, inclusive religiosas. Mas, sobre esse avanço da Teologia da Libertação, na Sagrada Igreja Católica – nós não vamos debater sobre isso aqui –; agora é importante debater pedagogia.

E nós sabemos que no âmbito das tendências pedagógicas do nosso Brasil, nós temos duas escolas, dois caminhos. Não diria escola, dois caminhos; que seriam essa tendência pedagógica conservadora ou liberal, e nós temos essa concepção pedagógica progressista ou crítica.

Na verdade, a Conae, o MEC, a SNE etc, eles estão extirpando todo e qualquer processo pedagógico conservador liberal. E eles estão abraçando as teorias pedagógicas progressistas. A teoria libertária, tem aí como um pseudopatrono Karl Max; ou a libertadora, na pessoa de Paulo Freire, que nunca agiu de forma pedagógica. Inclusive, todo o processo pedagógico que se refere a ele, lá em Angicos, é uma grande fraude. Não existe nada de comprovação. Houve, sim, uma suplementação para aquelas pessoas no âmbito da sua alfabetização.

E por fim, que eu creio que é muito pior, as pessoas acabam falando um pouco de Paulo Freire, em especial os



conservadores, mas essa tendência pedagógica crítico-social que vem aí hoje encabeçada pelo Saviani, essa é a pior de todas. Por quê? Porque se de um lado Paulo Freire identificava o professor como um opressor e o aluno como oprimido – e fazendo referência inclusive ao pai e à mãe como instrumento opressor dos seus filhos, que é algo totalmente anticristão, na doutrina cristã, na cosmovisão cristã, e esse é o pseudopatrono da educação brasileira, que ele traz isso no seu livro Pedagogia do Oprimido. Se você não leu é importante que você leia, porque lá está grafado e é irrefutável.

Nós temos na didática crítico-social pedagógica do Saviani a necessidade não só dessa desconstrução como também de mudar o próprio conteúdo programático. É a percepção de mudança do próprio conteúdo. E por isso que se fala tanto hoje essa agenda, seja ela abortista, de liberação de maconha, tudo isso está dentro de um grande contexto. É um grande contexto nacional e é um grande contexto também internacional.

Isso implica dizer que estando na Conae como eu participei, analisando a documentação que foi proposta, é óbvio que um dos maiores riscos é exatamente a perda da autonomia dos Estados e municípios, prefeitos e governadores, essa abocanhada que o governo federal traz para fazer a gestão impositiva da educação no Brasil todo.

Essa sequela que traz a inconstitucionalidade é o princípio da publicidade e da eficiência, o claro desvio de finalidade na sua propositura desde o começo até o fim. Lembrando, Minas Gerais e Bahia não ultrapassaram 1% da discussão nos municípios sobre esse tema. E aí você tem aqui, dentro desse contexto da necessidade que a educação brasileira hoje, nessa gestão federal tem, de ter uma tendência pedagógica progressista, crítica para que você

tenha reformulação de conteúdo e você tem um ataque frontal e direto às instituições que são defendidas pela ala conservadora, a exemplo da família, da igreja e da própria escola, no seu ensino tradicional nas aulas expositivas, por exemplo, em todo esse processo.

Agora, eu gostaria só de dar dois exemplos e aí eu já sigo para o final da minha fala. Gostaria de não usar os dez minutos. Dizer que, se de um lado você tem no processo da educação – através do MEC, FNE, Conae, etc – essa relativização de valores, como por exemplo nós temos aqui, fizemos no colóquio 19, no anfiteatro 10, a população LGBTQIAPNB+ no currículo escolar. Então, por que não a cosmovisão cristã no currículo escolar? Por que não estudar São Tomás de Aquino? Por que não estudar esses outros ícones do pensamento, inclusive, da Idade Média no currículo escolar? Então, aqui eu posso me sentir preterido, não é?

Mas, passando um pouco mais à frente. Se aqui você tem essa necessidade para esses temas, eu gostaria de pontuar rapidamente que no Ministério da Saúde você tem a Resolução 715/2023, onde no seu anexo II, a partir do ponto 40, você tem como objetivos do Ministério da Saúde liberar o aborto, a maconha, combater a sociedade patriarcal e promover como porta de acesso ao SUS os terreiros e terreiras de Umbanda e Candomblé.

Isso implica dizer que mais uma vez há uma preterição, mais uma vez aqui na educação, que é a pauta de hoje, como na saúde, e isso vai se fechando. Então, o todo não é todo sem parte; e o parte não é parte sem todo. Precisamos olhar para essa gestão pública como um todo. Hoje estamos falando educação, mas os processos de totalitarismo no nosso país estão sendo encampados em todas as áreas. A reforma tributária vai pegar todo o recurso e vai levar só para o ente federal.

E para finalizar, eu gostaria de dizer a vocês que não tem tempo, não há tempo para falar sobre tudo isso, nesses dez minutos, que para mim são muito preciosos. Eu me sinto lisonjeado de participar agora e para qualquer outra discussão que o deputado estadual, que o deputado federal, que o vereador queira fazer, estamos à disposição. Infelizmente nosso Professor Jean Marie não teve a oportunidade de falar, mas ele escreveu esse livro aqui, excelente, chamado "Educação UNESCO – a clonagem das mentes".

Lembrando que a ONU tem um manual de educação sexual infantil que fala sobre atividades sexuais em crianças de nove a quatorze anos, e que no Brasil nós chamamos isso de estupro de vulnerável. Mas, está lá no site da Unesco. E dizer a vocês, já prometendo que não falo mais, que tudo isso começa em um processo de dialética histórica. A educação brasileira, hoje, nesse regime que nós estamos vendo e lendo no documento Conae, ele passa pelo viés ideológico.

Eu vou citar alguns exemplos e algumas circunstâncias que estão totalmente adaptadas e inseridas, seja na pessoa de Lenin, na revolução proletária de 1917; Stalin, em 1922; Mao Tsé-Tung; Sociedade Fabiana; Os Partidos Sociais Alemães, com a social-democracia; a Revolução Cultural, de Gramsci; o Marxismo Cultural, de Gramsci; a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt; você tem também, além disso tudo, ícones ou exemplos como Marcuse, que fala sobre a sexualização infantil; dentre outros, como você tem a *new left*, você tem também essa nova reciclagem de comunicação revolucionária, desde Alinsky e tantos outros.

A educação é um tema que precisa ser debatido. Nós estamos à disposição para debater, mas digo a vocês, com total e plena certeza e convicção: não se trata de processo pedagógico, trata-se de imposição de revolução, em desfavor da nossa nação. Deus abençoe o nosso Brasil. Agradeço a

oportunidade. Permaneço à disposição para toda e qualquer discussão. Muito obrigado.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Obrigado, Professor João e obrigado as duas outras preletoras. Eu digo que foi muito proveitoso enquanto o enriquecimento do debate. E nós vamos passar agora para o que realmente importa, não é? Vamos começar a "pegar fogo" isso aqui.

Vamos ouvir as considerações, as suas arguições. Quero deixar claro para vocês, que os três colegas que estão on-line, eles se dispuseram a colaborar conosco. Eles têm uma próxima Audiência Pública às 19:00 horas, de Brasília, mas como o Professor João acabou de mencionar, estarão ali on-line até serem chamados para a outra Audiência deles, para que eles possam responder às indagações eventuais dos senhores. Está bom?

Nós passamos aqui a inscrição, e oito pessoas se prontificaram a fazer as suas indagações, oito pessoas, certo? Então, a gente pede para que sejam... O pessoal da Assessoria passou aqui, são... Não passou ninguém aí? Nós temos oito nomes aqui, enquanto isso, os nomes são: a senhora Dioneida Castoldi; o senhor Salatiel Pereira; a senhora Lionilda Simão de Souza; a senhora Elsie Shockness; senhora Claudir Mata; Vitor Noé e Líbia Albuquerque.

Eu acho que aqui, a gente pegou um cenário bem heterogêneo, tem mas alguém que queira? Então, enquanto a gente vai conversando com essas oito pessoas... todas querem falar. Não, vamos, eu fico até amanhã, pessoal. Não tem problema nenhum. Eu preciso levar o que a gente discutir aqui, lá para Brasília, esse é o ponto aqui. Eu não tenho hora. Eu só pediria para que na hora da pergunta e depois,

na resposta, a gente pudesse ser um pouco objetivo, está bom?

Vamos começar então? Eu acho que ...

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Licença, dois minutos para a pergunta é o suficiente, três minutos? Não, para pergunta, se for ter alguma pergunta ou algum debate. É porque lá são três, e aqui nós estamos abrindo para todos falarem. Então, vamos só entrar no consenso do tempo.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Querem ir para o púlpito?

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Da forma como vocês ficarem mais à vontade. Aqui, a Casa é de vocês.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Três minutos.

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - Presidente, três minutos para exposição e dois para as indagações.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Perfeito, pode ser. Três minutos para se vocês contextualizarem e dois para fazer a pergunta, certo?

E o nosso assessor para assuntos aleatórios, vai monitorar porque acho que está sem cronômetro aqui em cima.

Então, vamos começar com a senhora Dioneida Castoldi, Presidente do Sintero.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Saudamos a Mesa, saudamos os deputados presentes, as demais autoridades. Saúdo os meus companheiros e amigos, companheiros de jornadas que estão no auditório, e também, os demais representante.

E já começo trazendo o debate porque é imprescindível. Sou professora, professora da escola pública do Estado de Rondônia por 28 anos, em sala de aula. Então, se tem alguém que sabe conviver com o contraditório somos nós, professores em sala de aula. E nos assusta quando nós viemos para uma Audiência Pública - Audiências Públicas para tratar de educação -, que é imprescindível. Educação ser tratada em uma mesa de debate e não ter toda uma sociedade aqui representada.

Grande maioria do público que faz educação são mulheres a grande. Hoje eu estou como Presidente do Sintero, mas além de Presidente, eu também faço parte do Conselho Nacional de Educação. E quando nos reunimos com os trabalhadores em educação do Estado de Rondônia e os trabalhadores em educação do Brasil, 86% é formado por mulheres.

E debatem isso com muita tranquilidade. Porque nós temos hoje no nosso meio mães solas, mães que precisam de olhar diferenciados, mãe de alunos que com deficiências, que são autistas, com tantas outras coisas. E quando é colocado aqui, querem ter 10% do PIB para fazer educação. Nós não precisamos só de 10%. Nós precisamos de muito mais! Porque a educação não é gasto, é investimento.

E ela têm que ser tratada com esse olhar diferenciado. Tem que ser construído escolas e dar condições para essas

mães, para essas famílias colocarem os seus filhos em um espaço onde que é a única porta, a única chance que nós temos de mudar as diferenças e enfrentar toda a situação de desigualdade que existe no nosso país. Falar de educação, sentar aqui e discutir educação tem que estar representada toda uma sociedade. Por isso, nós lutamos e lutamos todos os dias.

E nos assusta o Estado de Rondônia não promover esses momentos com mais frequência. E quero dizer o porquê. Nós temos hoje no nosso Estado, em torno de 250 mil alunos nas escolas públicas do Estado de Rondônia. Quando falamos de escolas públicas, nós estamos falando de escolas estaduais e municipais. E temos que debater isso com muita certeza e com muita firmeza.

E senhores deputados, eu quero trazer uma proposta, que tenhamos uma nova Audiência Pública para debatermos a educação do Estado de Rondônia. E digo o porquê, no Estado de Rondônia, nós somos um Estado desde 1987, com a posse do primeiro governador, vocês sabem quantos professores doutores nós temos no Estado de Rondônia exercendo atividade hoje? São 23. Alguma coisa está errada aí.

Se a educação é a mola mestra, se educação vai fazer a diferença na sociedade, um Estado que tem apenas 23 doutores na educação, tem alguma coisa errada. Um Estado que não promove um concurso público há mais de 10 anos, tem alguma coisa errada, ou não tem?

Nós tivemos o período da pandemia, citado aqui, que desnudou a sociedade e, principalmente, as diferenças entre todos nós. Ela trouxe muita coisa em voga e trouxe algo que ninguém vai contestar até hoje: escola é lugar de aluno. Escola presencial com o professor, concursado, com professor valorizado, com técnico educacional, com corpo docente é o

lugar da criança, do adolescente. Não tem outro lugar pra aprender. É essa escola que nós, do Sintero, defendemos.

Deputado Camargo, o senhor trouxe três situações aqui. perfeito. Temos problemas nas escolas, mas se o senhor quiser, nós traremos inúmeras imagens de projetos maravilhosos que a nossas escolas fazem. E mais uma coisa, se o senhor quiser também nós traremos aqui vídeos de alunos que agridem professores, isso o senhor não coloca aqui.

O ano passado, nós tivemos que parar tudo. Em 2023, teve um momento que nós tivemos que parar tudo e abrimos uma audiência para tratarmos sobre a "violência nas escolas" e principalmente contra os profissionais. Isso não aparece aqui. E esses alunos que estão nas escolas não são fruto da direita, da esquerda ou de quem quer que seja. São frutos de uma sociedade totalmente desequilibrada que nós temos hoje.

A única chance que temos de reorganizar isso é investindo na educação. E fazer educação precisa que a gente sente aqui, a muitas mãos, com muitos entes e construímos em conjunto um plano de educação para o nosso país.

E nós fizemos isso, em 2022. Judite está lá em cima estou vendo, a minha companheira e a professora Leonilda que era Presidente do Sintero. Como não tinha diálogo com o governo que estava, nós produzimos a nível nacional a Conferência Popular de Educação. Fizemos nos Estados, nos municípios e a nível nacional. E se hoje temos uma conferência extraordinária, foi devido a esse movimento.

Quer falar de educação? Nos traga aqui. Traga quem está na escola, traga toda a sociedade. Nós temos muito a contribuir. E proponho aqui que seja construída a 24 mãos de deputados, com a participação dos fóruns, com a participação da UNIR, com a participação do Sintero, com a participação



da escola pública, uma Audiência para tratar da educação do Estado de Rondônia. Obrigada.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Democraticamente passou dos três minutos, mas muito obrigado. Foi muito bem aproveitado. Não, mas eu não queria ser indelicado. Eu não queria ser indelicado. E acho que não precisamos disso. Nós somos todos adultos aqui, nos propondo a fazer educação. Então, não preciso ficar apontando aqui. Cada um tem a sua consciência.

Mas, o Deputado Delegado Camargo foi citado, eu acho que a palavra deve vir a ele. Mas, eu vou te cutucar quando der dois minutos. Valendo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado.

Professora Dioneida, sei da sua preocupação em relação à fala dos professores. Com certeza vocês estão na ponta da lança. São os principais agentes da educação.

Caso a senhora não saiba ou não tenha acompanhado os trabalhos desta Casa, foi proposto, logo após o massacre que houve em Santa Catarina, um projeto aqui de minha autoria, cujas iniciais se chamam PESC - Programa Escola Segura e Cidadã, promovendo dentro das escolas uma maior segurança, não apenas para os alunos, mas também todos os docentes e àqueles que atuam na área administrativa. Uma forma de colocar uma espécie - abro aspas - de "profissional da área da segurança pública" para que ali tivesse maior convívio com os alunos e pudesse informar, inclusive o corpo docente, se esse aluno estava tendo más companhias ao sair da escola, sendo um elo de ligação entre a escola e a família. Isso foi proposta de minha autoria aqui. Esse Projeto de Lei foi

aprovado. Mas, por motivos políticos, acabou sendo vetado pelo Governo do Estado. Nós derrubamos o Veto posteriormente, e agora aguardamos a implementação.

Então, como profissional da área de segurança pública, como delegado de polícia há 12 anos, mais um lá em Ariquemes – estou finalizando –, participei e ainda participo – a senhora pode acompanhar – de inúmeras palestras, e sei da importância da segurança para os professores.

Então, quando eu mostrei aqueles vídeos ali, em hipótese alguma busquei... sei do seu viés político-partidário, totalmente oposto ao meu, mas eu repito para a senhora: estou aqui para debater sobre segurança e também educação nas escolas. Portanto, acredito que a senhora será muito bem-vinda em todas aquelas ideias, e estou aqui para somar.

Porém, eu vou lhe dar uma cópia do PESC, caso a senhora queira colocar lá junto ao Sintero, me apoiar para que seja implementado. Obrigado.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI – Posso reiterar? Vai virar debate, mas é assim: em todo e qualquer Projeto de Lei nos chame para conversar. Essa é a indicação.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) – Só para mediar aqui, eu acho uma excelente ideia fazermos... aí tem que ser com o Governo do Estado, deputados, essa roda de conversa. Eu acho que precisamos sentar à mesma mesa mesmo e não se furtar das responsabilidades que os que estão investidos de muros públicos têm. Recebem muito bem para isso, e eu acho que a gente não pode se furtar. Então, podemos fazer esse encaminhamento, inclusive no nosso documento.

Eu pediria uma colaboração com os senhores, porque nós temos os três que estão lá on-line ainda. Dos que estão inscritos aqui a falar, algum de vocês tem pergunta a fazer a eles? O senhor?

Então, vamos começar. Doutor Vitor Noé. O senhor tem a palavra, fica à vontade.

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - Excelentíssimo Deputado Thiago Flores, na pessoa da qual cumprimento seus pares; Professora Marlene; Secretária Gláucia, na pessoa da qual cumprimento as mulheres; minha querida Elsie Shockness, na pessoa da qual cumprimento os integrantes desta Audiência Pública. Inicialmente, uma boa tarde - já quase boa noite - a todos.

Falo em nome do Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial, e inicio minha fala com uma grande frase de Sueli Carneiro, porque foi falado no início que se tratava de um deputado promotor de direita, mas, entre a direita e a esquerda, eu continuo sendo preto, nós continuamos sendo indígenas, e nós continuamos sendo caboclos. E sobre isso ninguém tem falado.

Eu acho que a dinâmica deste debate é conduzido por um deputado federal que não advém da educação, bem representativo do que acontece historicamente com o nosso Estado.

Primeiro, se reduz o tempo de fala de uma grande pesquisadora e professora, a Doutora Marlene, que tem um profundo conhecimento científico sobre o tema abordado.

Depois, se prioriza a fala de palestrantes, que fizeram falas altamente enviesadas e que nada conhecem da nossa regionalidade e questões que afetam a nossa população,

escolhidos sem a participação popular, e suas falas permeadas de preconceitos.

Terceiro, se posicionam em último lugar de fala os representantes da sociedade civil rondoniense que não são ativamente ouvidos, porque os outros dois deputados já não estão presentes. Isso representa a perpetuação do colonialismo a que nossa população foi submetida desde sempre, infelizmente. E que fique consignado que o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial não coaduna com nenhuma tentativa de utilização de audiência pública de modo a ratificar posições ideológicas de extrema direita que não quer dialogar, mas impor uma necropolítica, muito menos para revogar o Plano Nacional de Educação, que foi efetivamente fruto de um amplo e profundo debate nacional.

Rondônia é o segundo Estado do país com os maiores índices de práticas racistas no Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em novembro de 2023.

Lado outro, a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 6.645/2008 que alteraram a LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, impõem a obrigatoriedade do ensino das culturas afro-brasileiras, indígenas, respectivamente, cujo o cumprimento não temos constatados nas redes estaduais de ensino, nobre Promotora.

Ainda nesse sentido, nós temos observado o registro de inúmeras ocorrências de racismo. Dentre eles: racismo religioso, racismo individual e o racismo, sobretudo, estrutural, nobre deputado, representado por essa Mesa de Poder monocromática, onde, infelizmente, todos os deputados curiosamente são homens. Nós não temos uma representação feminina, nós não temos uma representação indígena, nós não temos uma representação negra.

Dito isto, deputados, indago aos preletores com falas enviesadas, permeadas de preconceitos, infelizmente. Indago a primeira questão. Na opinião deles, nós temos um eixo 3 dentro do PNE: educação, direitos humanos, equidade, inclusão, diversidade, justiça social para todas as pessoas, combate às diferenças de novas formas de desigualdade, discriminação e violência. Dados os especialistas que foram postos - que todos são de extrema direita pelas suas falas, evidentemente enviesadas -, eu assim coloco: o que eles têm de propostas para reduzir estes números alarmantes que são constatados por pesquisas científicas, sobre o racismo nas escolas, sobre o racismo na sociedade brasileira? Essa é a minha primeira indagação.

Segundo: uma vez ocorrido esses episódios de racismo dentro das escolas, há algum encaminhamento, há algum projeto, algum plano para que as vítimas sejam acolhidas e os agressores também, pela falta de oportunidade de educação de qualidade, também sejam acolhidos e ensinados da forma como tem que ser ensinados?

Dito isto, eu só gostaria de finalizar com uma frase do Sociólogo Português Boaventura de Sousa Santos, da Universidade de Coimbra: temos todos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; temos todos o direito de sermos diferentes quando as nossas desigualdades nos descaracterizam. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, estimule ou perpetue as injustiças.

Muito obrigado.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Bom, começando a responder Vossa Excelência. Me surpreendeu, inclusive, esse discurso lacrador, porque o senhor não me conhece. Fala que

eu não venho da educação. Eu sou professor. Eu sou professor, meu amigo. Legal, né? Legal. Eu sou professor. Então, esse é o problema, pessoal. A gente quer lacrar ao invés de resolver. Um discurso lido, bonitinho, aplaudido, mas que não resolve nada. Nada.

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - O senhor é delegado, doutor.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Eu sou professor. Eu sou professor. O senhor está me julgando. O que o senhor acabou de falar, nós convidamos todos os deputados. A Deputada Ieda, é Vice-Presidente, ela teve um mal súbito agora há pouco, e não pôde vir.

Falou já de machismo aqui na composição da Mesa, monocromáticos. Todos foram convidados. Vamos parar de lacração e resolver o problema da educação no país, gente! É discutindo, é aceitando as diferenças. Que é isso? Olha a oportunidade que nós estamos tendo agora. Poderíamos estar cada um falando na sua opinião, vem com um discurso pronto, crescer para cima de mim, meu amigo? Não é assim, não, lagartixa. Aqui não. A gente tem conteúdo. A gente tem conteúdo. Eu não estou aqui porque "ah, eu vou votar nesse senhorzinho aqui porque ele faz piada".

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - Presidente, eu estou representando uma entidade. O senhor não pode querer me atacar pessoalmente pela minha fala.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Um momento. Eu escutei o senhor. Por favor, pela educação. Pela educação. Pela educação. O senhor me atacou.

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - Eu não lhe ataquei, não. Eu falei que o senhor não era oriundo da educação.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - por favor. O senhor mentiu. O senhor fez um juízo.

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - Não, o senhor não é oriundo da educação. O senhor é delegado, é da segurança pública.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Eu sou professor, eu sou delegado, eu sou pai de família. Sou um cidadão de bem, pago meus impostos e escutei o senhor o tempo todo.

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - Leia, releia, reveja o discurso que eu falei que o senhor não era oriundo da educação. O senhor está distorcendo.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Não, eu não estou. Eu estou querendo desmanchar esse discurso lacrador seu que não resolve nada. Nós estamos aqui para discutir educação.

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - Desmanche com proposta, Doutor. Desmanche com proposta.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Se o senhor me deixar falar. O senhor está aqui.

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - O senhor está me atacando o pessoalmente.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Não. Não. Não, senhor.

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - Não houve discussão lacradora.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Não tenta agora fugir da responsabilidade, não. Está bom? Não tenta se furtar da responsabilidade, não, Doutor.

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - Ninguém está se furtando de responsabilidade, Doutor.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Não esperava isso do senhor. Sinceramente, não esperava esse pré-julgamento de uma pessoa que começou com um discurso aqui completamente ofensivo à minha pessoa. À minha pessoa. Todos aqui foram convidados.

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - Ninguém lhe ofendeu, Doutor. O fato de eu falar que o senhor não é oriundo da educação lhe ofende, Doutor?



O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Ofendeu porque o senhor falou...

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - A Professora Dioneida é oriunda.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Eu não gostaria de fazer isso, mas o senhor,... eu posso falar? Eu escutei o senhor atentamente, por que o senhor não me escuta?

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - Doutor, enquanto o senhor me atacar pessoalmente, eu não vou permitir. Eu vou me defender.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Só um pouquinho. Só um pouquinho.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Por que o senhor não escuta? Só um minutinho. Por favor. É questão de respeito. Eu te ouvi, o senhor falou um monte de coisas, agora, o senhor me ouça, depois o senhor fala.

O SR. VITOR MARTINS NOÉ - O senhor trouxe adjetivos e passou a me adjetivar, Doutor.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Está certo. Está certo, olha só. É isso aí, pessoal. A oportunidade que nós temos

para discutir educação jogada no lixo por conta desses momentos aqui, que vai virar corte. Corte de internet é isso que se busca, corte de internet. É isso. Por isso que o Brasil polarizado que está, é ruim para todo mundo. É ruim para o senhor, é ruim para mim, é principalmente ruim para as crianças.

Então, a gente quer levar aqui uma discussão séria. O senhor fez a sua narrativa, desculpa, a sua pergunta, eu estou respondendo. Não quero delongar com o senhor. Acho que temos que aproveitar esse momento. Não sei se o Deputado Camargo vai querer falar alguma coisa aqui, por conta do que foi citado aqui, no que diz respeito à composição? Mas, Deputado Delegado Camargo, o pessoal on-line, os preletores, se encontram aí ainda? Tem? Nenhum dos três? Pois é... Deputado Delegado Camargo, você responde e depois para a gente não ter tréplica sobre esse assunto, eu acho que nós temos que aproveitar o momento, a gente vai passar para outro orador, está certo?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Apenas ao pessoal que nos assiste pelas redes sociais e também para deixar registrado nesta Casa de Leis, sem sombra de dúvidas nós levantarmos essa questão de igualdade racial sempre é válida. A questão é de que forma ela é abordada.

Eu gostaria de reproduzir um vídeo a respeito do material escolar cujo o livro tem o título "O Averso da Pele", vamos pegar um trechinho aí? Pode, por favor, colocar no vídeo.

**(Apresentação de vídeo no telão)**

Sem mais. É isso que o Deputado Thiago Flores falava agora há pouco. Não querem discutir o assunto com a seriedade necessária. Querem lacrar, a começar pelos livros didáticos. Não querem discutir, de fato, o tema racial. Querem fazer discursos de monocromáticos, aquela velha história do "nós contra eles", do "eles contra nós".

Então, esse é o tipo de material que eles querem colocar.

O SR. THIAGO FLORES (mediador) - Só dando continuidade aqui, e não quis chamá-lo de lagartixa, tá? Lagartixa é a expressão, não quis chamá-lo de lagartixa, tá? Lagartixa é alguma coisa para vocês?

Dando continuidade, para a gente não perder o foco doutor, Senhor Sávio Luiz, ele é aluno do Ifro, tem a palavra Sávio.

O SR. SÁVIO LUIZ SANTOS DA SILVA - Boa noite. Quero cumprimentar a todos e agradecer, principalmente, o convite da Deputada Ieda, por abrir essa oportunidade de fala aos estudantes.

Bem, senhores, agora estou em fim do mandato como representante discente no Conselho Escolar do Ifro-Calama. Represento todos os alunos de lá. Participei de diversas simulações da ONU on-line, módulo United Nations, tanto como participante como também como organizador. Também participei de simulações políticas, jurídicas. Fui pesquisador no IFRO em alguns projetos de ensino, pesquisa e extensão incluindo também uma publicação em revista acadêmica internacional. E para finalizar, sou coordenador do Movimento Reinventar, que é o movimento da juventude do PDT focada nos estudantes.

Antecipo que minha fala será muito mais de perguntas do que respostas e que minha visão não reflete a verdade absoluta, mas a minha visão de mundo como estudante e de como deve ser organizada a educação daqui a dez anos.

A primeira pergunta que faço a todos é: quantos jovens nós temos nesse recinto falando de educação? E quantos de nós somos convidados? O protagonismo estudantil fez parte da minha vida. Tive acesso a uma educação pública e de qualidade em uma escola extremamente democrática, características essas que carecem nas nossas escolas. Temos falta de livro, psicólogos. Como falar para uma criança e adolescente que a educação muda a vida se estão em uma escola com falta de água? Ou seja, o lugar em que é fornecida a educação não tem o mínimo de qualidade. Como teremos talentosos profissionais de educação ofertando salários baixos e de capacitação limitada dos nossos professores?

Senhores, inicialmente, acredito que não conseguiremos melhorar a escola sem ter o elemento popularmente chamado, e admirado, chamado democracia. A democracia é um elemento que falta muito em nossas escolas. A comunidade escolar necessita de eleição para direção e voz ativa dos estudantes, através não só dos alunos, mas também dos professores. A liberdade de pensamento que é promovida na escola se chama educação democrática, que é o que nós estamos fazendo aqui, cada um expondo e emitindo sua opinião, mantendo sempre a diversidade e a laicidade do Estado.

A escola é o espaço que mais pode moldar um cidadão a viver em sociedade. E precisamos começar a aproveitar isso. A escola é, literalmente – se formos pensar –, o espaço em que mais o cidadão pode ser moldado pelo Estado. Por isso a educação precisa não só apresentar um conteúdo científico típico de português, matemática, ciências, mas também uma

formação cívica, trazendo educação financeira, civil, sexual.

A educação precisa ser um espaço seguro, de qualidade, de debate, disposta não só a estimular o senso crítico exercido pelos alunos e professores, mas também os respeitando e os admirando.

Uma nova geração de jovens está se revelando. Jovens que prezam pela democracia, conscientes socialmente e ambientalmente seus papéis, que têm suas convicções religiosas, mas respeitam as de demais e juntamente com eles vêm mudando a sociedade. Até porque a escola ainda é uma instituição de educação, mas também é pública.

É necessário se atualizar, cumprir as demandas de Estado, da sociedade civil e econômica, ser científica, tecnológica e eficiente, mas acima de tudo de qualidade. Não precisamos e nem temos mais tempo para altos ataques à educação, nem a seus profissionais, radicalismos ou polarização de nenhum lado. Mas, precisamos de uma classe política de qualidade e um povo disposto a trabalhar com as convergências para levar a nossa educação a outro patamar.

Essa são as minhas considerações. Obrigado.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Dando prosseguimento aqui, o senhor Salatiel Pereira. Ele é o Presidente do CMDCA, Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente.

O SR. SALATIEL PEREIRA - Boa tarde a todos. Eu peço que, por uma questão de isonomia, equipare meu tempo a oito minutos e meio, por gentileza. Ingenuidade e cinismo. É o

caminho que a gente está trilhando. Ingenuidade. Entre a ingenuidade e o cinismo.

Então, tem muita gente cínica no Brasil e muita gente ingênua. Eu trabalho para tirar esse pessoal, independente dos cursos que têm e do que são socialmente falando. Somos todos a mesma coisa. Realmente há quem queira lacrar. Não é a minha intenção. Eu sei muito bem o que significa existência humana. É só dar uma olhada no mundo, quem está no poder, quem esteve no poder, quem quer o poder sobre os outros inclusive.

Então, assim, eu vim de Seringueiras a custo do meu próprio bolso para participar disso porque me interessa. Foi uma vergonha a Conferência Nacional da Educação, fase estadual, onde o Professor Valmir estava no mesmo grupo que eu trabalhava. Foram truculentos, zombaram. Professores fazendo isso com outros professores, imagine o que eles farão com os alunos e querem fazer.

Então, a Conae Nacional não debateu preferencialmente infraestrutura e logística e a questão pedagógica da educação. Está claro porque está filmado. Eu não sei porque alguém tenta negar um "troço" desse, como diz o bom baiano.

Qualquer um aqui e ali na Mesa, que passar 12 horas ininterruptas sentados, irão se cansar e muito. E é isso que está acontecendo com algumas crianças na zona rural. Eu tenho alguns vídeos aqui. Eu fui procurado por pais para fazer uma denúncia, registrar uma denúncia. Por quê? Para cumprir metas. Aí, se toma decisão sem consultar a democracia direta - aliás, é um vício nosso -, democracia em crise, falamos em democracia, democracia, mas eu não sou ouvido! Muitos não são ouvidos, não é?

E se não tem mais mulher deputada ali, é porque o povo não votou. E o povo não vai ser respeitado? Entendeu? Não é

porque é uma questão machista, misógino. Entendeu? Então, tudo isso é narrativa. Nós somos tudo gente. Tudo do mesmo jeitinho. Tudo com a mesma estrutura, independente da cor, independente de qualquer coisa, não é? Muito bem.

Então, as crianças estão sofrendo aí por causa de decisões. Agora, imagine se isso ficar exclusivo e estritamente, somente à duas instituições, Undime e a outra, que me fugiu o nome aqui agora, que foi tanto falado ali. Por exemplo...

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Consed.

O SR. SALATIEL PEREIRA - Consed. Debateu, sim, prioritariamente lá em Brasília, a ideologia política de esquerda. Está filmado. Não há como negar. De maneira que qualquer pessoa que concordar com o que vimos nos vídeos apresentados pelo Deputado Camargo, estão indo contra a ordem natural de uma boa existência. Não é questão de cultura "A ou cultura "B", ou ainda "C, ou infracultura ou supracultura. É uma questão de existência, entende?

A gente tem uma moralidade, independente se crê em Deus ou não, que nós sabemos que somos seres responsáveis a uma Força Superior, que eu também chamo de Deus, o Deus inclusive, da Bíblia.

Então assim, não é uma questão de ficar debatendo direita ou esquerda, vai contra a ordem natural das coisas. Primeiro, tem que ser os obreiros, para depois a obra. Qual é a intenção do governo federal em pôr as mãos nas nossas crianças desde os 4 anos, 5 dias por semana, no mínimo de 7 horas por dia? Que é isso?

Foi o que disseram para mim: "Professor, eu não estou tendo convívio social mais com a minha filha, com os meus filhos. Eles saem às 5 horas da manhã e voltam às 5 horas da tarde, "mortos". Nem as tarefas passadas para fazerem em casa, eles têm condições de fazer." São 12 horas! Entre alguns, não são todos, mas lá na ponta da linha, onde o ônibus vai no final e volta.

E para finalizar, é preciso ficar claro. Doutrinação não é educação. A depender de muitos, que servirão de referência, esses 5 dias e 7 horas mínimas/dia, vamos ter doutrinação e não educação. O que eu vejo alguns professores fazendo é uma vergonha. Eu sinto vergonha. Às vezes, de me identificar como professor.

E eu quero também deixar claro, para fazer uma denúncia aqui. Em relação a Conae, fase estadual, como eu já disse. Houve truculência, zombaria, mentiras - como aconteceu há pouco aqui, "ah, vou fazer uma pergunta" e faz um discurso primeiro -, mentindo para passar na frente do outro. E alguém atrás aqui dizendo: "claro! claro!". Seus conluios são assim mesmo, gangue é gangue,

Muito bem. Por parte dos que estavam na condução e na mediação da Conae, da Conferência Estadual, então, foi uma vergonha. Mentiram para a gente. Usurparam 8 vagas para a Nacional, com aquilo que foi dito aí por alguém, que não me lembro agora: "Ah, mas o documento já veio pronto, de cima para baixo". Nós reagimos e só fomos derrotados pela própria comissão - que tinha 9 votos -, senão nós teríamos vencido ele. Isso nos dá esperança.

Então assim, eu quero aproveitar para encerrar a minha fala, dizendo: estou me desfiliando do Sintero, porque não quero ser representado por um pessoal como esse, não. Muito obrigado.



O SR. THIAGO FLORES (Presidente) - Obrigado, Professor Salatiel. Oi gente... Pessoal, pessoal, só um pouco de ordem, por favor. Opa, vamos acalmar, vamos acalmar. **(referindo-se às pessoas na galeria)** Gente, tem segurança aí ou não?

Pois é! Pessoal, vamos acalmar os ânimos aí em cima, por favor? Por favor, vamos acalmar. Pessoal vamos seguir aqui, vamos seguir pessoal. Pessoal, só um momento, vamos dar prosseguimento aqui.

Eu vou chamar o próximo aqui, é o Senhor Dilney Barrionuevo, do Sindicato dos Servidores de Buritis. Ele está aí em está em cima?

Eu não entendi. Estão todos aqui, mas é possível alterar. A senhora quer ser a próxima?

O SR. DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - Deixa eu falar, professora. Então, já me chamou meu nome, por favor.

O SR. THIAGO FLORES (Presidente) - A senhora quer ser a próxima?

O SR. DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - Já chamou meu nome, deixa eu falar.

O SR. THIAGO FLORES (Presidente) - A senhora fala depois, tá?

O SR. DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - Cumprimentando a presença de Vossa Excelência, cumprimento a Mesa em geral. Enfim, nós estamos aqui para falar das metas de valorização dos professores.

Sou advogado, fiz "n" ações contra o Estado de Rondônia e contra vários municípios. E que que eu vejo? Que nós precisamos melhorar muito o Plano Nacional de Educação e demais os municípios, vou falar pelo Município de Buritis.

Em Buritis, hoje, nós temos uma redução para aquele professor em sala aula de 1/3, além das reduções de carga horária normal. Então, acho que isso é um viés para ser colocado no Plano de Educação. Redução para aquele professor que trabalha na sala de aula de 1/3, isso já acontece em Buritis.

Também queremos que o presidente do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) fique à disposição exclusiva do FUNDEB. Pois, ele não fica, ele é nomeado Presidente do FUNDEB e fica trabalhando pelo município. Como que ele vai vigiar ou trabalhar melhor, se ele não tem essa possibilidade? Ele tem que ter uma exclusividade para trabalhar. Isso a gente também queria como forma de opinião para ser acrescentado no plano de valorização nas metas do Plano Nacional de Educação.

Também, quando se aplica o piso nacional, não se aplica o escalonamento nos municípios. Talvez no estado se apliquem as progressões verticais e as horizontais. Então, é muito comum você entrar com um piso nacional, que deveria ser na letra A e ter o escalonamento horizontal - alguns municípios usam números e outros usam letras. Então, o que nós queremos? Que o piso nacional seja implantado na letra A e as progressões devem seguir. O que o município tem feito?

Complemento de salário. Ele pega um teto lá, "ele está na linha F, vou lá e dar um complemento de salário". Então, nós precisamos que isso seja aplicado no Plano Nacional de Educação.

Também, a qualidade de ensino dos professores. Quem cuida da qualidade emocional deles? Quem ajuda? Nós temos algum órgão? Algum lugar na saúde pra ele cuidar da saúde mental dele? Quem cuida? Nós teríamos que ter no Plano de Educação algum viés nesse sentido, uma psicóloga, um departamento nas prefeituras, no Estado para dar um suporte para esse professor.

A redução dos alunos na sala de aula de 1ª à 4ª. A insalubridade. O que a gente tem feito, a insalubridade, em Burity, nós ganhamos a insalubridade para os professores, 10%. Fizemos os laudos, sendo concedido pelo juiz e confirmado pela turma recursal, 10% da insalubridade para os professores.

Hoje, está havendo uma revisional e vai ser feito um laudo. Nódulos, salas de aula lotadas, recreios com decibéis altos. Então, há a possibilidade da inclusão de insalubridade para os professores, não é, Presidente? Enfim, mais alguma colocação? Do piso, não é?

Piso, não entrar índice de Folha. Todos aqui, se o senhor quiser passar a palavra, nós fazemos um combo. São só metas de valorização. Não vamos entrar em debate de direita, esquerda, "A" ou "B", negro ou branco, só metas de valorização. Então, se o senhor me abrir a palavra, isso é o que vai interessar para o professor. Pode falar aí?

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Eu até pediria, depois, para vocês me encaminharem, informalmente, para a gente fazer o condensamento e depois o encaminhamento.

O SR. DILNEY EDUARDO BARRIONUEVO ALVES - Isso, esse é o grande lance que a gente veio escutar aqui. Nós viemos aqui escutar essa situação.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Eu, por mim, fico a palavra aberta, acho que todos tem interesse.

A SRA. TEREZA FREITAS DA SILVA - Boa noite a todos, nós viemos de Buritis. Gostaria de agradecer ao deputado.

Este é um momento muito importante para nós da educação. Estamos preocupados com o estado emocional e psicológico do professor. Aqui foi debatido, e é muito válido todas as falas aqui. Porém, não ouvimos questões sobre a valorização dos professores. Estou como Presidente do Sindicato de Buritis e sou professora. Vi aqui e estou estudando essas metas, é muito importante, participei também do PNE que vai vencer agora em 2024. É muito importante esse momento aqui, deputado, porque essas metas aqui são pra 10 anos, então esse é o momento.

O que eu vejo aqui, se fala muito na questão do piso, mas enquanto não tiver uma penalidade para os municípios, esse piso não vai ser cumprido. É tanto igual o Doutor Dilney estava falando aqui, no nosso município, a Lei Federal diz que é o piso inicial da carreira do professor. Tem muitos municípios que nós acompanhamos que não o pagam, inclusive

o nosso município. Tem que estar entrando judicial para que isso venha a ser cumprido.

Eles usam nosso base, nossos direitos que já está lá de conquista de especializações, progressões para dizer que está pagando o piso. Então, o que nós viemos reivindicar aqui? Questão da valorização dos profissionais da educação, que tenha alguma penalidade para que os municípios venham a cumprir o piso. Não tem. O que eles alegam? A questão do índice de Folha. Pedir também para os deputados, se puderem tirar do índice de Folha a questão desse valor do piso.

E pedir para os deputados ter um olhar também voltado para a valorização dos professores, porque não se faz educação sem valorização.

O SR. DARCI FERREIRA COELHO - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa. Como foi já mencionado - sem mais delongas, para aproveitar o tempo -, o desafio da carreira dos professores é um desafio histórico, eu acredito que vocês concordam comigo, ainda possui elevada contundência na atualidade, baixo status social, a falta de reconhecimento e prestígio profissional.

Além disso, o baixo nível de autoridade em sala de aula e no contexto educativo, visto que, durante muitos séculos, a profissão de professor foi com aspecto de entendimento político e social com uma atuação profissional de baixo prestígio, com pouca valorização na importância do trabalho dos professores e na formação dos cidadãos.

Dito isto, nós temos uma situação de muita contundência, de desafio na carreira profissional, o quantitativo de estudantes. Eu fiz parte das conferências e percebo que nós tínhamos que ter, naquelas ocasiões de debate, de discussões,

aprovado uma redução desse quantitativo de alunos, mas não passou. Enfim...

E eu quero agradecer a Vossas Excelências pela iniciativa de trazer essas discussões aqui, para a gente ter oportunidade de conseguir talvez rever alguns pontos que precisam ser revistos, dentre eles vou citar essa redução do quantitativo de estudantes.

Vamos imaginar um professor da educação básica com estudantes no processo de alfabetização, anos iniciais, com 25 estudantes em sala de aula. Olha, para trabalhar o processo de alfabetização com as peculiaridades de cada estudante com um quantitativo desses de estudantes, em sala de aula, é quase impossível para a pessoa entregar aquele resultado que a sociedade espera, no final do ano todos esses estudantes saírem alfabetizados. Olha, é muito difícil.

Eu sou professor de carreira há 23 anos e já assumi diversas funções, dentre elas fui gestor escolar durante mais de sete anos, enfim. E a proposta é reduzir, para os anos iniciais do Ensino Fundamental, para 20 estudantes. Está na meta, na estratégia, 25 estudantes. Para os anos finais do Ensino Fundamental, em vez de 30, conforme está na estratégia, reduzir para 25. E no Ensino Médio para 30 estudantes, em vez de 35. Essa é uma proposta.

E eu gostaria que Vossas Excelências olhassem com muito carinho essa questão, uma vez que nós viemos aqui especificamente para discutir essas situações que precisam ser revistas, que de certa forma não foram contempladas.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Obrigado. Obrigado, Buritis.

O SR. DARCI FERREIRA COELHO - Obrigado.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Eu reforço o pedido para que, ao final - não precisa ser hoje, obviamente -, fazer um encaminhamento formal dessas proposituras, no eixo de valorização, para a gente poder fazer o nosso documento e apresentar lá na Comissão. Está bom?

Seguindo, então, a Senhora Lionilda Simão de Souza, Secretária de Finanças do Sintero e integrante do Movimento Negro Unificado.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Eu gostaria de iniciar a minha fala cumprimentando o Deputado Cássio Gois, lá da minha cidade. Em seu nome, eu cumprimento todos os deputados presentes. Gostaria, em nome da professora e pesquisadora Marlene, de cumprimentar todas as mulheres da Mesa. Em nome da Presidente do Sintero, Dioneida Castoldi, cumprimentar todos os trabalhadores em educação presentes e que estão acompanhando esta conferência tão importante para a educação brasileira.

Que pena que esse debate vem para o Parlamento após ter sido debatido amplamente no Brasil inteiro a partir das Conferências Municipais, Estaduais e a Conferência Nacional de Educação, em que nós temos um documento-base. Esse documento discutido com a participação dos trabalhadores em educação, do poder público e da sociedade civil organizada. Talvez seja por isso que o representante maior deste país foi ovacionado naquela Conferência, porque ele oportunizou o povo brasileiro a participar desse debate tão importante para que a educação do nosso país, de fato, possa avançar.

Eu gostaria de dizer que o documento final da Conferência Nacional de Educação, a Conae, trata sobre a educação laica, sobre a educação inclusiva, sobre a educação democrática a educação que tem que ser para todos para que, de fato, nós possamos combater as desigualdades sociais que estão presentes em nosso país.

E eu gostaria de colocar uma situação relacionada à questão racial que foi tratada aqui. Eu gostaria de dizer que nós vivemos em um país, historicamente, um país escravocrata. Foram 355 anos de escravidão. Só há 136 anos que nós estamos vivendo a dita libertação dos escravos. É isso? Então, talvez seja por isso que o deputado viu no texto-base falar tantas vezes da questão do racismo. Então, a educação precisa trabalhar a questão racial para combater as desigualdades sociais que afloram em nosso país.

Eu gostaria também de dizer aqui sobre alguns dados que foram colocados. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), dos 42 países analisados, que estão na OCDE, o Brasil ocupa a 3ª pior posição em investimento na educação. O 3º pior. E eu gostaria de dizer aqui, nós ficamos atrás de países com PIB muito inferior ao nosso como, aqui da América do Sul, como a Argentina, como o Chile. Gostaria aqui de colocar que comparados com países periféricos da Europa, nós temos a seguinte situação: nós estamos atrás de países como Portugal, como Grécia.

E falando em investimento por aluno, anualmente. Enquanto no Brasil se investe, em 2023, dados da OCDE, 3.583,00 dólares por ano por aluno, nós temos, por exemplo, Portugal, que investe 10.819,00 dólares. E eu quero falar, Portugal representa, hoje, em número de população, aproximadamente 10 milhões de habitantes, enquanto nós temos no Brasil 229 milhões de habitantes.



Talvez seja por isso que há um anseio dos trabalhadores em educação e das pessoas que têm responsabilidade para que esse país possa avançar, que se invista 10% do PIB em educação, para que nós possamos, quem sabe, daqui 20, 30 anos não precisar investir mais. Porque a necessidade de investimento é em função de todo esse histórico de desigualdade social que nós temos em nosso país.

Eu gostaria aqui de dizer que isso aqui não deve ser um debate ideológico, mas deve ser um debate de pessoas que tenham compromisso com o Estado brasileiro e compromisso com a educação deste país. Infelizmente, não é o que estamos vendo aqui. Infelizmente, nós tivemos preletores que não estão aqui para ouvir e participar deste debate. Que tiveram um posicionamento totalmente ideológico, um viés ideológico, como falam, e não estão aqui para fazer o debate com essa população, a população de Rondônia que anseia tanto por uma educação que seja, de fato, para todos. Muito obrigada.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Professora Lionilda, obrigado.

Nós vamos seguir a ordem, mas eu queria deixar aquele ponto. Vocês questionaram que os preletores com viés ideológico e na fala deles, os três falaram da autonomia dos Estados e municípios, se aprovado. Eu queria saber a versão de vocês então, para contrapor, porque na fala deles eles disseram.

Você vai falar? Então, pode começar com a senhora.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Nome da senhora, por gentileza.

O SR. THIAGO FLORES (Presidente) - Claudir Mata, não é? Claudir Mata, Secretária Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). A senhora tem a palavra.

A SRA. CLAUDIR MATA MAGALHÃES DE SALES - Boa noite a todos e todas. Eu quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Cássio, deputado que propôs falar em educação. Discutir educação é com a gente.

E, em nome da Professora da UNIR, cumprimentar a todas, você me representa como educadora, como professora, como quem faz pesquisa, então, você me representa.

Então, aqui os companheiros do Fórum, o companheiro Valmir, que está ali, que já fez parte; a Gláucia, que nós já participamos no Conselho Estadual de Educação; ali a nossa companheira Sandra que foi a nossa Secretária Executiva do Fórum Estadual de Educação.

E aí, eu quero aqui aproveitar os meus três minutos para referendar a nossa Conae, dizer que eu fui uma das coordenadoras enquanto Fórum Estadual da Educação, porque a gente tinha uma equipe de "n" entidades, isso é o fórum. O fórum foi criado, ele está citado na Lei nº 13.005, por isso que foi criado o fórum. O fórum existe com "n" representações: da UNIR, da Seduc, de "n" entidades, o Ifro, todas essas entidades, para acompanhar a implementação do plano. Então, essa é a função do fórum.

E nós fomos os responsáveis pela organização e execução da Conae. E a Conae aconteceu, lógico, se ela foi extraordinária, porque o plano vence agora em junho, 25 de junho de 2024, e eu sinceramente não acredito que vão

aprovar, já, a lei até 25 de junho. E a nós, enquanto Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, estamos preocupados com isso. Estamos reiterando o documento-base da Conae.

Porque teve, aqui em Rondônia, Deputado Thiago, só para você ter uma noção, mais de 40 municípios participaram. Nós tivemos em Porto Velho as conferências escolares, depois nós tivemos a conferência municipal. Eu estou falando só aqui em Porto Velho, porque eu acompanhei. E também Pimenta Bueno com quatro municípios, que eu fui lá fazer a palestra também sobre valorização profissional.

Então aconteceu, aconteceu a discussão. Inclusive, no fórum, a gente sentiu falta da Assembleia Legislativa, porque lá tem um espaço dela. Tinha até garantida a vaga nacional para um representante da Assembleia Legislativa e não teve a participação.

E eu quero agora aproveitar meu tempo, a nível nacional foram 4.300 municípios que participaram. Teve 17 webnários, teve 8 mil emendas nesse documento final da conferência.

O que nós sonhamos com o Sistema Nacional de Educação? O Sistema Nacional de Educação que nós cobramos há anos, que está citado na Lei 13.005 e não foi regulamentado, é um Sistema Nacional de Educação que venha regulamentar o que está na Constituição como cooperação.

Não é tirar autonomia do Estado, do município. Isso não existe. Isso aí está criando uma ilusão. Eu nunca vi essa discussão em todos os espaços que eu participei até hoje.

Nós queremos o Sistema Nacional de Educação, porque o nosso aluno não tem um rótulo de que ele é do Estado, é do município e da União, não. E onde é que acontece a educação? No município. Então lá nós temos um aluno e esse aluno

precisa da escola, com acesso, com qualidade, com estrutura, com um profissional qualificado e com condições para ele aprender.

Então, esse é o sistema que nós sonhamos. O que é sistema? É quando se tem tudo regularizado. Então, precisa ter esse Sistema Nacional de Educação para que a gente tenha e eu digo que eu sonho com um Sistema Nacional de Educação melhor do que o SUS. Nós temos o SUS, que é um exemplo para o mundo inteiro. E esse é o que nós sonhamos na educação. Que tenha essa cooperação: Estado, município e União.

A União arrecada mais e quem faz educação são os municípios e o Estado. A gente precisa regulamentar isso. E nós precisamos de mais de 10% do PIB, sim, porque a educação é muito grande. Quando a gente fala no orçamento, e a gente fala 25% para a educação, todo mundo "Hããã". Mas, vai fazer educação com 25%. Tudo, as dificuldades que vocês falaram aqui: estrutura, transporte, formação, contratação, nós precisamos de concurso público... E a gente está querendo colocar, quando passar de 50% de contrato temporário, a gente tenha concurso. Por quê? Porque nós precisamos formar esses professores. Nós precisamos de formação continuada, de gestão, de tudo isso. E tudo isso está na construção do documento que nós fizemos e discutimos coletivamente.

Nós não podemos ficar na educação, à mercê de alguém que pensa "indica A, B ou C.". Nós precisamos de educação que seja construída coletivamente, com todas essas mãos; e de pessoas que pensem em educação e façam educação, que é o que a gente faz.

E aí eu posso dizer, eu tenho 25 anos de educação, de sala de aula. Agora, eu saí aqui de 5 anos de uma escola na periferia de Porto Velho, a Escola Luiz Soares de Cássia. Lá a gente tem um problema de muitos alunos que não têm família.

Muitos pais estão presos, a mãe está presa, eles são criados por avós. A única alternativa que eles têm é a escola. Às vezes, é a única alimentação diária é a escola.

Então, é esse aluno que a gente tem em cada canto do nosso país e que a gente precisa dessa educação pública com oportunidade e com qualidade para que ele se torne um cidadão, um ser humano, com esse direito de ser humano. Obrigada.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Mas, professora, então, segundo a senhora, está tranquilizando a gente aqui, o sistema é de colaboração. Nós teremos autonomia, Estado e município, para que nem tudo que é bom para o Posto 6, lá em Copacabana, é bom para a gente aqui. Então nós teremos essa colaboração. Isso é certo. Ok. Obrigado, professora.

Dando sequência aqui, tem quatro pessoas, pessoal. O Senhor Adarcino Rodrigues de Souza está presente ainda? Ali. Ele é Bispo da Comunidade Cristã Casa de Oração, de Rolim de Moura.

Só para dar sequência, existe aqui, na sequência: o senhor William Pombo, está ali; a senhora Renata Maccari. Está aí? E Líbia Albuquerque. Então, depois do Bispo Adarcino. Ele já está aqui. Pois não. O senhor tem a palavra.

O SR. ADARCINO RODRIGUES DE SOUZA - Eu quero cumprimentar a Mesa, desta importante Audiência Pública, na pessoa do Deputado Estadual Rodrigo Camargo, que foi o primeiro palestrante desse evento. Quero, na pessoa do meu irmão e companheiro Pastor Antônio Cleis e o Pastor Jonas e o Pastor Carlos, aqui presentes, cumprimentar todos os presentes senhores e senhoras.

Gostaria de endossar aqui a proposta de Vossa Excelência Deputado Federal Thiago Flores, quando propôs a expansão dessa Audiência, alargar esse importante debate. E fui pego de surpresa, quinta-feira soube dessa Audiência, e procurei mobilizar na minha cidade de Rolim de Moura alguns pastores e algumas entidades. Também em nível de Estado fiz uma rápida comunicação através de um grupo que criamos da UNOMERO, União de Ordens de Ministros Evangélicos do Estado de Rondônia, mas muito em cima da hora. Então, eu gostaria de endossar, que fosse alargado esse importante debate que foi proposto.

E nós estamos falando da doutrinação das próximas gerações em nossa nação. Pois na minha cidade vários segmentos da sociedade rolimorense não tinham conhecimento desta sublime importância Audiência. E acabei de ouvir aqui a última fala que há vários, talvez anos ou meses, que vem sendo debatido esse assunto. E nos últimos meses eu não tomei conhecimento na minha cidade. Ok.

Pois, aos pais e alunos, porque aos Conselhos de Crianças, demais Conselhos, associações de todos os seguimentos, a classe política lá na minha cidade, eu peguei os vereadores e mandei a todos os nove vereadores. Nenhum sabia dessa Audiência. Falei, mas não é possível. Penso que deveriam estar presentes todas essas classes, de todos os 52 municípios ou distribuir – Deputado Flores – essa importante Audiência pelo menos em três ou quatro regiões de nosso Estado, podendo então facilitar o acesso, inclusive, ampliar a divulgação.

Permita-me citar um conselho de um Mestre, pois estamos falando de educação. No livro de Provérbio 22:6, Salomão disse: "Educa a criança no caminho em que deve andar, e até quando envelhecer não se desviará dele". O que ensinamos? Quem está ensinando? Porque quem ensina, transmite o que ele

é, o que ele vive e o que ele pensa. Disse o Mestre Salomão dessa forma.

Quero finalizar perguntando: o que diria o Rabino Yeshua, chamado de Jesus, que é Deus, que é Senhor. O que ele diria nesta Audiência, diante desta importante pauta? Se refletíssemos, cada um de nós temos a nossa fé, a nossa crença. O que pensaria, o que diria esse Mestre, o nosso Deus? A educação dos nossos filhos, que pautada pela construção, o dever cabe ao Estado e aos pais.

Então, eu deixo aqui esse pedido ao Deputado Thiago Flores, pelo que eu pude então entender, precisamos elaborar papel, documento e encaminhar a Vossa Excelência, porque então não haverá mais audiências. Não haverá mais um congresso para debater esse assunto, pois a pauta já está encaminhada lá em Brasília, é isso?

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Não. Ela vai ser votada ainda e lá nós, deputados e senadores, obviamente ouvindo a sociedade civil, a gente pode alterar algumas coisas, aperfeiçoar outras, esse é o sentido da reunião.

O SR. ADARCINO RODRIGUES DE SOUZA - Então, todos os seguimentos da sociedade civil poderão então até dia 28, é isso?

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Sim, até o dia 28, mas é o contato com o parlamentar.

O SR. ADARCINO RODRIGUES DE SOUZA - Certo.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - O Parlamentar, que somos oito aqui da bancada, deputados, não é? E mais três senadores, o contato vai ser importante para debates essas situações.

O SR. ADARCINO RODRIGUES DE SOUZA - Ok. Para que a gente possa passar essa informação, para que todos os segmentos possam então expor o seu pensamento, pautado nisso que foi debatido. Muito obrigado.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Eu agradeço. Agradeço Bispo, obrigado pela participação, está bom?

Dando sequência então, pessoal, chamo então a usar a palavra, o senhor William Pombo, ativista político.

O SR. WILLIAM CHAVES (William Pombo) - Boa noite a todos que estão presentes, os que se encontram na galeria também.

Eu quero iniciar essa minha fala, esses dois minutos, não é deputado? Algumas pessoas aqui falaram tanto em respeito, respeito a democracia, mas não respeitam as nossas crianças quando se coloca uma música mostrando a sexualidade dela. Isso é respeito às nossas crianças. Parabéns aos dois que falaram ali na galeria, que de fato, aquele que falou, não sei se ele se encontra aí, ele é professor de verdade. Ele é professor de verdade. Meu total respeito àquele senhor que falou ali em cima.

Isso aqui é bom, deputado, porque já que existe uma democracia, que tanto algumas pessoas pregam, eu acredito



que eu não vou ser vaiado aqui, porque a democracia é isso. É debate, é conversa. Eu acredito nisso. Então vamos lá.

Esse projeto, quem leu esse projeto sabe que esse projeto fala 42 vezes em LGBT. E como foi mostrado ali, ele fala 4 vezes em matemática. Quem leu, quem leu, quem leu sabe o que está escrito. Quem leu. Quem não leu faz a cara feia como está fazendo. Vocês têm que entender uma coisa. Eu aprendi, eu tenho 28 anos de idade - há três semanas atrás eu fiz 28 anos -, e eu tenho orgulho dos professores que me ensinaram, lá atrás.

Eu aprendi que respeitar a cor de alguém, eu aprendi que respeitar a religião de alguém, eu aprendi dentro de casa, não foi professor que me ensinou. Foi minha mãe quem me ensinou. Então, eu acho que existem coisas que devem ser ensinadas em casa, não na escola. Então, vamos parar um pouco deste mi-mi-mi. Olha a democracia, pessoal! **(referindo-se às pessoas na galeria)** Cadê a democracia? A gente não pode falar o que a gente pensa aqui? Aqui é uma Audiência Pública. Eu passei meu tempo todinho calado, não vaiei ninguém. Eu acredito que a democracia é isso, não é?

Então, vamos parar com esse "chororô" de alguns aí, e fica, vocês têm que entender uma coisa, vocês vão lembrar do que eu estou falando e vão lembrar da minha cara, hoje aqui. Isso aqui não vai passar na Câmara Federal. Não vai passar, sabe por quê? Porque vamos mobilizar os pais. Vamos mobilizar os pais. Vamos mobilizar os pais. Vamos cobrar os deputados federais para que isso não passe lá.

Aquele vídeo que o Deputado Camargo passou aqui, com aquelas frases que estava em um livro que foi distribuído em uma escola, aquilo ali foi no Rio de Janeiro. Na minha época, aprendia a cantar um Hino Nacional, o Hino de Rondônia,

aprendia matemática, português. Não dança, sexualizando. No meu tempo era isso, e no tempo de vocês também era assim.

Vocês querem doutrinar as crianças, essa nova geração, e vocês não vão conseguir. Não vão conseguir. Eu sou totalmente a favor das escolas militares, acho que deveria ter só escolas militares. Muita gente fala em aumento de salário, que os professores não são valorizados, mas para isso a gente tem que brigar lá em cima, pessoal. Para parar de gastarem é lá em cima, se vocês querem investimento. Hoje, estamos com o maior governo gastador, e ninguém fala isso. Quanto mais se gasta, como é que vocês querem aumento?

Eu não estou aqui contra os professores. Eu sou contra alguns professores - eu sei que não são todos, não vou generalizar - alguns professores que querem falar que a criança é isso e aquilo. Não é. Então, vamos respeitar essa nova geração. Vamos respeitar de verdade os alunos. Vamos ensinar o que é certo, não o que é errado. Porque para mim, é errado.

A democracia é isso. Eu acho que é errado, alguns acham que aqui é certo. Eu acho que é errado. E assim seguimos discutindo, debatendo. Para finalizar eu quero dizer ao Deputado Thiago Flores, parabéns.

Não vou me prolongar muito até por causa do horário. E debate é isso, pessoal, é debater. Aqui, eu não tenho problema nenhum pessoal com ninguém. Abraço, cumprimento, mas aqui é o meu posicionamento.

Obrigado a todos.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Obrigado, William Pombo.

Dando sequência aqui, vamos chamar então a senhora Renata Maccari, Vice-Presidente do Mulheres do Agro Rondônia. Aqui em cima.

A SRA. RENATA MACCARI - Boa noite. Primeiramente gostaria de parabenizar os Deputados Cássio Gois e Ieda Chaves por proporem essa Audiência tão importante.

É com imensa satisfação que nós, representantes das Mulheres do Agro, da pequena, da média e da grande propriedade e principalmente mães, por nos preocuparmos em mantermos a nossa autonomia como pais, em instruir de forma cultural e religiosa os nossos filhos, bem como, principalmente, a maneira que o agronegócio muitas vezes tem sido tratado dentro das escolas, de maneira equivocada.

Nos dirigimos a vocês hoje para falar um tema crucial para o desenvolvimento da nossa sociedade: a educação de qualidade e a necessidade de incluir no ensino sobre o agronegócio em nossas instituições educacionais. Nós viemos de longe, de Ariquemes, mas nós representamos as mulheres do agronegócio de todo o Estado. Então, viemos aqui para fazer um debate, porém concluímos que não há um debate, esse plano foi feito com uma mão só e por isso deveria, sim, ser revisto.

E nós, do Mulheres do Agro, nos colocamos à disposição para futuros debates. Estaremos sempre lutando por nossos filhos.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Bom, obrigado, Renata. Em Ariquemes nós temos uma escola em que a gente implementou uma política pública chamada "Educare" que é justamente ensinamentos para aqueles que moram na área rural, possam ter condições. E muitos não querem sair do campo, querem se

fixar lá. Então, lá nós temos matérias específicas no âmbito municipal, graças a essa autonomia que nós temos no Plano Municipal de Educação, implementamos isso lá na escola Mafalda Rodrigues.

Então, é importante a participação da senhora e muito obrigado pela presença, está bom?

Encerrando aqui, pessoal, deixei propositadamente a Líbia Albuquerque, que é jornalista e ela participou como delegada do Conae. O senhor está inscrito?

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Por favor, Deputado Thiago. Ele justificou a ausência dele, porque foi à escola buscar filho. E eu permiti que ele saísse, mas nós vamos, os colegas compreendem a necessidade de o colega participar. Por gentileza, fique à vontade aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Desculpe. O senhor finaliza? O senhor finaliza? Pode ser agora?

O SR. AGENOR FERNANDES DE SOUZA - Primeiramente, agradecer ao Deputado Cássio por permitir a minha participação nesta Audiência Pública.

Como não houve uma nominata, eu sou o Agenor Fernandes, estou vice-presidente do Conselho Estadual de Educação de Rondônia e também estive na Conae. Eu fui como representante do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE), que é o órgão que congrega todos os Conselhos Estaduais de Educação e também o do Distrito Federal.

Eu não vou me ater ao que aconteceu na Conae porque já foi falado aqui e eu não quero polemizar o que eu vivenciei, mas eu quero apenas saudar as demais integrantes da Mesa e pegar três falas que eu considero importantíssimas para esse debate. Foi a fala do Professor Salatíel, a fala da comitiva de Buritis e a fala da nossa Conselheira Claudir da Mata.

Eu vejo que, se o objetivo é construção, nós devemos partir do princípio de quê? Valorização, respeito pelas crianças - tratada pelo Professor Salatíel -, e a comunhão de esforços para buscar uma solução é o caminho. Embora esse projeto que será encaminhado, ou já foi encaminhado, para o Congresso Nacional não esteja votado, eu tenho certeza que muitas alterações serão procedidas, tomadas, no corpo, no bojo do Plano.

Nós temos uma oportunidade a partir desse momento da aprovação do Plano, por parte do Congresso, de tomarmos essa Audiência Pública como um fator mobilizador para que não haja essas reclamações, que eu ouvi muito aqui, de não participação de certos setores da sociedade.

Considerando que nós teremos ainda a confecção ou a elaboração do nosso Plano Estadual de Educação, o nosso Plano Municipal, os Planos Municipais de Educação, eu acredito que seja o caminho ideal não morrer esta Audiência Pública. E, nós começarmos a mobilizar a população, a sociedade de um modo geral, para que a gente possa construir um Plano Estadual de qualidade e os Planos Municipais de qualidade, que atendam às expectativas e os anseios da população e da comunidade educacional do Estado de Rondônia.

Eu não quero entrar em mérito de esquerda e direita, longe de mim. Eu quero buscar ou apresentar, sugerir, um encaminhamento para que a gente dê continuidade a essa discussão e conseqüentemente que a gente construa um Plano

estadual e os Planos Municipais em condições de serem cumpridas as metas. Porque nós temos órgãos para cuidar desse cumprimento.

Nós temos o Fórum Estadual, temos os órgãos de controle. E inclusive, o fórum tem, sim, que elaborar um relatório para saber se houve ou não o cumprimento de determinada meta. Eu vejo que o momento é de darmos prosseguimento, independentemente do que vai acontecer lá em Brasília, que a gente construa um Plano Estadual de Educação e os Planos Municipais de Educação com qualidade.

Então, Deputado Thiago, que essa Audiência não fique por aqui. Que a gente consiga andar e construir esse Plano com qualidade. É somente isso.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) - Obrigado. A intenção é justamente essa, não deixar simplesmente morrer essa Audiência. Eu acho que daqui a gente vai poder aproveitar bastante coisa e fazer a nossa parte enquanto representante aqui da região Norte. Precisamos estar presentes e sabendo do que nós estamos a tratar.

Para finalizar, então, as exposições, eu chamo a Líbia Albuquerque, que, como eu mencionei agora há pouco, ela foi uma das delegadas que representou tanto a fase municipal, como a estadual também? E nacional. Esteve lá em Brasília no mês de janeiro. Tem a palavra.

A SRA. LÍBIA SOUSA ANDRADE DE ALBUQUERQUE - Boa noite a todos. Feliz por essa oportunidade, por esta Casa de Leis que representa o Estado de Rondônia. Em nome do Deputado Cássio Gois, agradecer aos demais deputados. O Deputado Federal Thiago Flores também, por ampliar o debate, por

possibilitar que a população, de modo geral, participe da construção dessa política pública que, no final das contas, será refletida dentro dos lares, deputados, dentro das casas.

Enquanto professora que sou, que é minha formação acadêmica inicial, nós tínhamos essa questão: quando um aluno apresenta um problema dentro de casa, os pais ou seus responsáveis são chamados. Ao ouvir aqui a participação de cada um dos senhores e senhoras que participaram, principalmente um ponto eu gostaria de colocar, porque foi uma dor minha também e vamos colocar sobre o lugar de fala. Eu senti aqui que alguns participantes disseram que esse debate trouxe preletores com viés "A" ou "B", e que não senti nisso a participação democrática.

Enquanto participante da Conae, eu me senti exatamente assim, principalmente na fase nacional. Eu tenho provas e vídeos gravados que, por eu me posicionar contrariamente, eu fui hostilizada na fila de entrada. Inclusive, no dia da participação do Presidente Lula, que foi o último dia, onde nós debateríamos em plenária geral.

Esse vídeo, inclusive, eu divulguei nas minhas redes sociais. E por que eu fiz isso? Porque eu observei que, realmente, não houve ampla participação popular. Quando as fases municipais ocorreram e que, por um acaso, eu tive acesso a essa informação e fui lá para verificar do que se tratava, já estavam eleitos os delegados que seriam compostos, em uma fase em que depois dela não poderiam entrar outros delegados, porque das municipais se elegem as estaduais e das estaduais, conseqüentemente, as nacionais.

Então, especificamente, que é o tema desta Audiência Pública, falando especificamente do documento referência, resultado dessa Conae 2024, eu lamento dizer e é simplesmente a atitude de ler e vocês poderão constatar. O documento da

Conae, já em seu preâmbulo formado pela apresentação e introdução, já faz menção e afirma. Ele afirma. Ele não sugere. Ele afirma, por exemplo, que o impeachment da Presidente Dilma foi golpe. Quatro vezes isso é dito, afirmando.

Tudo bem, respeito a opinião, mas a gente está falando da construção de uma política pública em que a minha opinião política não deve ser colocada. Devem ser colocadas metas e, na minha opinião de mãe e professora de, principalmente, aprendizado, de valorização profissional que foi falado aqui, concordo plenamente.

Na sequência, faz ataques nominais aos ex-presidentes Jair Bolsonaro e Michel Temer. Ataques nominais atribuindo culpas e por aí vai.

Nós temos artigos que pedem, e foi citado por um dos palestrantes, a extinção das escolas cívico-militares, que intervêm na liberdade de cátedra das escolas confessionais, que faz um ataque direto ao agro.

Então, esse documento que fala sobre diversas vezes sobre orientação sexual, sobre LGBTQIAPN+. Então, faz diversas vezes, algumas menções anteriores que eu disse, nos faz identificar esse documento como um documento que, lamentavelmente, traz um viés, sim, ideológico. E é simples concertar. Basta lê-lo desvinculado de qualquer posicionamento político. Ele é público, ele está aberto e se as pessoas quiserem, inclusive, citação de artigo, posso trazer também depois.

Então, hoje eu fico muito feliz, Deputado Cássio Gois, porque o senhor, assim como a Deputada Ieda Chaves, possibilitou que esse tema fosse ouvido, inclusive, por representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública. Que essas pessoas participem.



Lá na Conae, lamentavelmente eu não pude. E explico o porquê, para finalizar a minha história aqui para os senhores. Um dos colóquios que foi debatido na Conae tinha esse nome: "A população LGBTQIAPN+ no currículo escolar". Esse colóquio, para ficar bem explicado para quem está em casa e, de repente, não entenda muito bem o que é um colóquio, é uma espécie de palestra onde existiam quatro mediadores dentro dessa temática falando para delegados, que votariam em seguida sobre essa importância. Eu fui assistir, porque fazia parte de um eixo do qual eu fazia parte: eixo 3 que falava de diversidade, inclusão, etc.

Sentada lá, eu fui hostilizada já dentro da sala. Por quê? Porque dentro ali, das orientações, nós não podíamos filmar o que estava sendo falado. Ora, a construção de uma política pública, paga com dinheiro público, em que a população precisa saber o que está se debatendo, não podia filmar. E ao imaginarem que eu estava filmando, cercaram a mim, a Secretária Municipal de Educação de – não vou falar o nome para não errar, mas estava junto conosco –, quiseram tomar o celular dela, quiseram tirar o crachá dela, porque disseram que ela estava filmando e não poderia filmar. Detalhe, que na mesma sala, no mesmo colóquio, o Deputado Federal Gustavo Gayer colocou duas assessoras. Elas filmaram. E o Deputado Federal Gustavo Gayer denunciou em sede de suas redes sociais o que estava sendo falado. Que foi o vídeo que o Deputado Delegado Camargo apresentou.

Eu estava naquele colóquio. Eu ouvi aquele senhor falar que ele está na sala de aula para formar militantes. Ninguém me contou. Só que isso não foi transmitido pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), a única autorizada a entrar nas salas para filmar ou fazer qualquer registro.

E, no dia seguinte, último dia, para finalizar a minha fala, eu na fila fui reconhecida por uma das pessoas que

estava na sala e fui hostilizada. Esse vídeo está nas minhas redes sociais, onde vários delegados me cercam e cantam: "Fascistas. Fascistas. Não passarão."

Então, todo esse contexto não há como negar e a gente vê as pessoas, inclusive, rindo aqui, talvez apoiando, não há como negar que há um viés ideológico claro nesse documento. E eu fico, agora, desejando que o ambiente do debate tivesse sido esse que está aqui agora. Esse ambiente foi maravilhoso. Foi saudável. Esse ambiente não houve lá. Eu não pude falar como delegada eleita pelo meu Estado.

Então, é esse o meu posicionamento. Gostaria de agradecer mais uma vez, e, fica aqui a colaboração realmente porque esse documento precisa, sim, de intervenção; precisa, sim, de muitas emendas – não poucas – para que realmente seja um documento democrático.

E ainda deixo a sugestão que outros colegas fizeram aqui: de debater mais, ampliar mais esse debate. Eu acho que os pais precisam estar aqui. Porque, no fim das contas, eles vão receber as consequências de uma educação que não for bem implementada em sala de aula. Muito obrigada.

O SR. THIAGO FLORES (Mediador) – Bem, pessoal. Para a gente já fazer os encaminhamentos, eu queria agradecer a presença de todos que estão aqui presencialmente e também no ambiente virtual. Agradecer aos preletores pela disponibilidade do tempo deles e de seus respectivos conhecimentos.

E, após pegar todas as notas taquigráficas, me comprometer a fazer um documento aqui, em resumo, do que nós tivemos aqui na Assembleia Legislativa de Rondônia; já pedindo para que o pessoal de Buritis encaminhe os pontos

elencados; e sugerindo ao governo do Estado de Rondônia essas reuniões, pelo menos mensais, entre o governo e quem faz a educação, que são vocês, profissionais da educação. Professores e demais colegas lá da educação. Então, nós vamos sugerir isso também em documento ao Governador do Estado Coronel Marcos Rocha, que, com o apoio da Assembleia Legislativa, dos deputados, que têm o mais absoluto interesse em melhorar a nossa educação, não será difícil esse apoio também.

Eu volto, então, a palavra ao nosso Presidente e agradeço imensamente pela oportunidade.

O SR. CÁSSIO GOIS (Presidente) - Nós já estamos caminhando para o final, mas antes eu gostaria de fazer algumas considerações como proponente desta Audiência.

Primeiro, ao Deputado Federal Thiago Flores, que, entre todos os parlamentares federais, buscou essa bandeira, trouxe para o seu mandato e a gente entende que a nossa missão parlamentar é essa.

O deputado é servidor público, então se identifica com muitos aqui. O deputado foi prefeito e hoje é deputado federal. Cabe a ele e aos demais pares essa responsabilidade até o meio do ano.

Então, eu, quando aceitei esse desafio de presidir essa Audiência, - para mim, muito enriquecedora -, porque venho do Executivo também. Fui um vice-prefeito muito trabalhador da cidade de Cacoal e cumprimentei a minha conterrânea com muita alegria, porque tenho certeza que ela acompanha o nosso trabalho lá na cidade e nós temos alta popularidade. E uma

das popularidades se dá pela educação municipal, que a gente tem buscado fortalecer cada dia mais.

Transporte próprio, e a Doutora Luciana esteve até 2022 em Cacoal, e viu a nossa luta para trazer um transporte de qualidade para os alunos.

Nós trouxemos também materiais novos, apostilados, dando opção para o professor escolher ou o didático ou no privado, na compra pela prefeitura municipal de Cacoal.

Nós trouxemos também um dia das crianças através de um concurso nas escolas municipais estimulando os alunos a participarem desse evento no dia 12 de outubro, que é reconhecidamente de forma nacional Dia das Crianças, de uma forma simbólica e tem todo o nosso suporte nessa participação.

Nós pudemos fortalecer os professores com notebooks, todos os professores na época com notebooks. Era um pedido e um anseio dos professores. Quando vocês falam da valorização de classe, eu acredito que seja isso, também, com equipamentos, com ferramenta de trabalho, com salas de aulas reformadas. A gente buscou isso na educação municipal de Cacoal.

Nós concluímos três creches e, pela primeira vez, a cidade de Cacoal tem a matrícula no maternal. São mil vagas novas em três anos para um gestor, que até então desconhecido, tem feito a diferença na educação municipal de Cacoal.

Então, assim, eu vejo a educação de Cacoal como referência para tudo que nós estávamos falando aqui. E quando nós buscamos – e aí vocês podem buscar que vocês são numéricos, vocês são bons na história de Rondônia –, vocês vão ver que a educação municipal de Cacoal passava por uma

crise. E hoje é outra realidade. Pode buscar. Eu tenho absoluta certeza do que estou falando para vocês.

E do mesmo jeito, vejo o Governador do Estado de Rondônia, já escolhido pelos gestores como um dos melhores governadores da educação do Estado de Rondônia. Tanto na valorização predial, como na valorização de material e também na busca pela valorização dos professores.

Eu tenho que dizer isso aqui. Isso aqui precisa ficar registrado na Casa, porque encaminhamentos serão feitos à Seduc. Nós temos um representante da Seduc aqui, até o final da Audiência, e a gente sabe do respeito que a Ana tem por todos os municípios de Rondônia. Todas às vezes em que ela vai a Cacoal ou ela vai a Porto Velho, vai a Vilhena, ela tem participado - os gestores, os deputados e os coordenadores da Educação -, de todas as ações que são feitas. Então, levem o nosso abraço à Secretária de Educação, Ana Pacini.

Dizer também, Marlene, que fico feliz aqui porque ouvi todos atentamente. E aí, no meu berço de educação eu tenho a rede pública municipal, eu tenho a escola privada evangélica e eu tenho a formação em Ensino Superior na Universidade Federal de Rondônia. Eu estudei em Cacoal, na Universidade Federal de Rondônia. Então, quando eu ouço todos vocês, eu entendo todas as melhorias que vocês estão buscando para educação. Aqui vocês não vão me ver falar de lado "A" ou lado "B". O conflito na política deve acontecer, ele é importante, mas não pode prevalecer.

Então, eu acredito que o maior resultado nosso aqui hoje é ter ouvido a fala do Sávio, como um aluno; é ter ouvido toda a bancada que veio de Buritis trazer a pauta dos professores; é ouvir a Claudir, que trouxe, e eu acredito

que a essência dessa discussão da Audiência Pública aqui é a criação do sistema.

Nós não estamos falando de ideologia partidária. Nós estamos falando da criação do sistema e como ele vai funcionar. Tudo que é novo assusta. Tem que ter um momento para se dar certo. É um laboratório novo, é algo que vai ser colocado em prática.

Se o recurso for administrado pelo governo federal, que seja. E se ele tiver que ser no sistema cooperativista, nós estaremos aqui à disposição como parlamentares estaduais e federais também para contribuir. Já foi assim até então. Então, a gente pode fazer o sistema misto. Eu penso que essa Audiência Pública aqui foi muito enriquecedora.

Saia daqui, Deputado Federal Thiago Flores, sabendo com riqueza de detalhes o que é positivo e o que é negativo, para que você, com toda a propriedade, com toda a abertura que você está dando para a sociedade educacional do Estado de Rondônia, ouça e leve para Brasília. Você, sim, tem sido e vai ser a nossa voz lá, mas seja equilibrado, seja neutro. Leve todos esses para Brasília e esteja ao lado deles. Tanto as pessoas, as entidades, como também os órgãos de controle. Não é, Doutora Luciana?

É importante que tudo o que a senhora propôs aqui aconteça e o Ministério Público não tenha problemas. Já imaginou o Ministério Público, a pasta da educação sem problemas? Seria maravilhoso. Nós sempre, como parlamentares, vamos ter que investir nas escolas, vamos ter que propor Projetos de Lei. Isso sempre passará por nós. E aqui nós estamos falando de três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Se nesses três Poderes precisa haver o equilíbrio, na educação também. Nunca haverá um lado "A" e nunca haverá um lado "B", e, sim, uma educação de

qualidade para as nossas crianças que precisam e agora estudam desde o maternal.

Eu quero encerrar essa Audiência, uma audiência extensa. Normalmente são três horas de audiência, mas eu agradeço a paciência de todos até o final, principalmente de quem está na galeria, que vieram de Ariquemes, que vieram de Seringueiras. Mais uma vez saúdo o senhor, Vitor. Eu sei da sua demanda e da importância que é o senhor estar sentado aí hoje, assim como todos que têm as suas funções aqui. Então, eu coloco o meu gabinete à disposição.

A Comissão de Educação da Assembleia poderia, sim, ter participado. Eu não faço parte da Comissão de Educação. Penso que fui escolhido por Deus para estar aqui hoje conduzindo essa Audiência, porque se tem uma pessoa que está junto com vocês, que está junto com o Deputado Federal Thiago Flores e que entende os órgãos de controle, sou eu. Eu venho do Direito. Então, nós temos aqui uma total imparcialidade na forma como foi conduzida essa Audiência. E eu saio daqui com a consciência tranquila em relação a isso e sabendo que vai ser construído o melhor para os Estados brasileiros, o melhor para os nossos municípios e o melhor para o nosso país, que é o país que a gente mora. Está bom?

Muito obrigado pela paciência de todos. Sejam sempre muito bem-vindos a esta Casa.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, agradecendo a presença de todos os componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanharam essa ilustre solenidade, declaro encerrada a presente Audiência Pública. E desejo uma excelente tarde a todos. Boa noite.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 19 horas e 28 minutos)

*(Sem revisão dos oradores)*